

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 3 DE JUNHO DE 2015

NÚMERO 6.834

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvarina Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 030ª Sessão Ordinária realizada em 16/04/2015..... 2 Ata da 002ª Sessão Solene realizada em 16/04/2015..... 11</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.. 13 Ofícios..... 14 Parecer..... 15 Portarias..... 16 Projetos de Lei..... 19</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Eu gostaria de comunicar aos srs. deputados que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano vai, às 10h, a convite do ex-prefeito Vanderlei Agostini e do secretário do Deinfra,

vistoriar o início das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz.

Gostaria, então, de convidar não somente os deputados da comissão de Transportes, mas todos os parlamentares para estarem presentes.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero comunicar a todos os deputados e, em especial, aos membros da comissão de Pesca e Aquicultura, que a visita do ministro da Pesca, prevista para esta manhã, em Florianópolis, à tarde, em Laguna, e amanhã, em Itajaí, foi transferida para a próxima semana, conforme comunicado do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, com muita satisfação, queremos trazer um abraço do ministro Gilberto Kassab a v.ex.a., deputado Gelson Merisio. Ontem estivemos com ele, acompanhando o prefeito de Blumenau, numa audiência para tratar sobre recursos para a região do vale do Itajaí.

De fato, acho que foi a primeira ou a segunda vez que estive em Brasília este ano e

posso dizer que Floripa é bem mais aconchegante. A aspeza do Poder em Brasília assusta um pouco. Mas, andando pelos corredores dos Poderes em Brasília, não há outra palavra que se destaque, a não ser a crise. Há crise do ponto de vista econômico, político e social, para não falarmos da crise hídrica, energética e assim sucessivamente. E ainda há a questão da descrença geral, inclusive da classe política.

Há uma espécie de desgovernança, quer do Parlamento, quer do Executivo e, por que também não dizer, do Judiciário, segundo notícias que saíram ontem na mídia, e que, na minha modesta avaliação, aponta para a saturação de um estágio, de um ciclo, de uma era que foi caracterizada, infelizmente, por desvios de um sentimento republicano, quer pela invasão da coisa pública, pelas questões privadas, pela desestruturação das ideologias, pelo declínio da voz do Parlamento e pela desmotivação dos eleitores, que é geral. E aí vem a improbidade administrativa, a impunidade ou a falta de rigor das punições.

E aí povo brasileiro, e por que não dizer também o povo catarinense e todos nós, quer sejamos ou não da classe política, pergunta: "O que está por trás de todas essas crises"? É claro que há uma fronteira que estamos imbricando entre os Poderes constitucionais, uma certa sobreposição de Poder, a transformação de questões políticas, como disse, em questões privadas, a fragilidade dos mecanismos de punição, a morosidade da Justiça, a rotação de dirigentes. Mas, contudo, há uma esperança e

somos otimistas no sentido de que, mesmo da crise, possa brotar a oportunidade.

Ontem, por exemplo, o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, nos garantiu alguns programas. É bem verdade, deputado Darci de Matos, que não haverá dinheiro novo, não esperem isso, pelo menos para 2015 não haverá dinheiro novo neste país. Com relação aos contratos já assumidos, o ministro Gilberto Kassab nos garantiu três milhões de moradias para o programa Minha Casa, Minha Vida, e esperamos trazer muito disso para Santa Catarina.

É claro que o país perambula por um calvário que não sabemos até quando vai durar. Esperamos que a presidente Dilma Rousseff consiga atravessar 2016. É claro que as dores dos sacrifícios serão sentidas, mais uma vez, pela população, que é a mais frágil, mas é preciso prosseguir.

Por outro lado, há um debate muito intenso, e conversamos com cada deputado e cada líder que lá estava, sobre a questão da reforma política, se haverá ou não financiamento público, o distrito e também o distritinho para os vereadores já em 2016, em especial para as cidades acima de 200 mil eleitores. Enfim, esses são pontos que podem abrir com sucesso a reforma política.

Mas, diante de tudo que vi e ouvi em Brasília, na rápida passagem de ontem, juntamente com os deputados Jean Kuhlmann e João Paulo Kleinübing, que nos acompanharam nessa missão, chego a uma breve conclusão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, v.exa. faz uma análise interessante da situação que vive o país, e quero dar uma opinião com relação a isso.

V.Exa. tem trabalhado fortemente a questão do combate às drogas e do programa Reviver implantado pelo governo, que surgiu no Parlamento catarinense sob a sua liderança, sendo reeditado neste ano.

Com relação a esse clima de ceticismo que vive o Brasil e, sobretudo, Brasília, v.exa. tem razão. Prova disso é que há manifestações constantes nas ruas, com pessoas cobrando uma nova ética da classe política e também de todos os segmentos, e, principalmente, mobilizando-se contra a absurda realidade da corrupção no Brasil que se alastra, campeia e transforma um país, que há dez anos era emergente, em chacota no mundo inteiro, lamentavelmente.

Mas, felizmente Santa Catarina vive outra realidade. É um estado que se segura nos índices de desemprego e está com as contas equilibradas. É um estado diferenciado, com indicadores sociais e econômicos elevadíssimos.

Mas nos preocupa a situação do Brasil. Esperamos que, com essas manifestações, o Congresso possa trabalhar um pouco mais rapidamente e fazer as reformas que todos esperamos, fundamentalmente a reforma política. Esperamos que acabem com a coligação na proporcional, porque ninguém aguenta 50 partidos, nem eleições de dois em dois anos.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado.

Preciso concluir citando Maquiavel. Talvez não seja o teórico mais contundente, mas é um homem de verdades que predizia com muita propriedade. E há uma frase sua que cabe bem a essa leitura do cenário político, econômico e social do país. Ele dizia: "Nada é mais difícil de executar, mais duvidoso de ter êxito ou mais perigoso de manejar do que dar início a uma nova ordem de coisas".

Portanto, implantar uma nova ordem na cultura política brasileira é tarefa não apenas para essa geração, mas para duas, três, quatro. E oxalá o Brasil possa contar conosco!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Quero apenas registrar a presença do vereador Alois Mikalovicz e do vereador Valdecir Vaneski, conhecido como Branco, que estão na capital trazendo as demandas do município de Papanduva. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, primeiramente quer cumprimentar as lideranças municipais e os vereadores que nos visitam nesta manhã.

Gostáramos de dizer que temos grandes preocupações no estado. As coisas não estão tranquilas em Santa Catarina. As ações das categorias de trabalhadores realizadas nos últimos dias, as ações ocorridas nos municípios demonstram o que está acontecendo. Inclusive, temos recebido convites para participar de audiências sobre os temas da segurança, educação e infraestrutura.

Assomo à tribuna para falar de dois temas: o projeto aprovado ontem, de autoria deste deputado, e as mobilizações ocorridas sobre a terceirização do trabalho no Brasil.

Primeiramente, quero agradecer aos deputados pela aprovação unânime do projeto que obriga as entidades e os restaurantes que vendem pescado a colocar no produto comercializado a sua origem. Por que isso é importante? Com isso vamos valorizar os produtos brasileiros e catarinenses. A sociedade poderá optar por consumir um produto diferenciado ou do local. Nós lamentamos que o catarinense, com tantos produtos locais, às vezes consome um pescado que vem do Oriente Médio, com uma produção muito questionável, achando que consome uma tilápia catarinense. Não achamos isso justo e com esse projeto colocamos a possibilidade de o consumidor ter a opção de consumir um produto nosso, de Santa Catarina.

O projeto é meritório. Foi um apelo das organizações de pesca, que veio de um conjunto de audiências públicas, como sugestão, inclusive. O consumidor poderá optar em comer um panga do Oriente Médio ou uma tainha de Santa Catarina.

Então, agradeço aos srs. parlamentares e espero que não haja veto do governador sobre esse projeto.

Outro tema que queremos trazer, já anunciado, e que estamos extremamente envolvidos e preocupados pelo seu impacto, é sobre a lei, aprovada e em processo de discussão no Congresso Nacional, que trata da terceirização. Isso trará um prejuízo imenso para os trabalhadores catarinenses, comprovadamente. Estamos discutindo aqui em cima de dados concretos, do que já existe, porque no Brasil temos cerca de 12 milhões de pessoas trabalhando no serviço terceirizado em todas as áreas da economia.

Trago uma reportagem, que saiu na revista *Carta Capital* desta semana, de um professor da Universidade de São Paulo, especializado em sociologia do trabalho, que fala do Projeto de Lei n. 4330. Ele diz que o projeto da terceirização completa um desmonte iniciado por FHC e sela o que ele chama de um início do governo do PMDB.

(Passa a ler.)

"Especialista em sociologia do trabalho, Ruy Braga traça um cenário delicado para os próximos quatro anos: salários 30% mais baixos para 18 milhões de pessoas. Até 2020, a arrecadação federal despencaria, afetando o consumo e os programas de distribuição de renda. De um lado, estaria o desemprego. De outro, lucros desvinculados do aumento das vendas. Para o professor da Universidade de São Paulo, a aprovação do texto base do Projeto de Lei n. 4330/04, que facilita a terceirização de trabalhadores, completa o desmonte dos direitos trabalhistas

iniciado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na década de 90. 'Será a maior derrota popular desde o golpe de 64', avalia o professor em entrevista a *Carta Capital*." [...]

Quero chamar a atenção ao que de fato significa essa nova lei.

Quando perguntado ao professor se uma lei para regular o setor é mesmo necessária, ele respondeu dizendo o seguinte:

(Continua lendo)

"Não. A Súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho) pacificou na Justiça o consenso de que não se pode terceirizar as atividades-fim. O que acontece é que as empresas não se conformam com esse fato. Não há um problema legal. Já há regulamentação. O que existe são interesses de empresas que desejam aumentar seus lucros."

Então, esse texto do professor é muito importante. Ele diz também o seguinte:

(Continua lendo)

"Hoje o mercado formal de trabalho tem 50 milhões de pessoas com carteira assinada. Dessas, 12 milhões são terceirizadas. Se o projeto for transformado em lei, esse número deve chegar a 30 milhões em quatro ou cinco anos. Estou descontando dessa conta a massa de trabalhadores no serviço público, cuja terceirização é menor, as categorias que de fato obtêm representação sindical forte, que podem minimizar os efeitos da terceirização, e os trabalhadores qualificados." [...]"[sic]

Outra questão que chama a atenção são os acidentes de trabalho. Inclusive, trabalhadores da Celesc afirmam que 80% dos acidentes de trabalho são dos trabalhadores terceirizados, que têm menos especialização, menos preparação e, às vezes, fazem um trabalho para o qual não estão preparados.

Então, não temos dúvida de que esse projeto é ruim para a sociedade e a economia. E sempre falamos que a economia está vinculada ao poder de compra do salário. Um dos grandes fatores de aquecimento da nossa economia é o salário.

Por isso, estamos apresentando uma moção a ser enviada à Câmara Federal para que reveja a questão da terceirização, a partir de uma mobilização que aconteceu ontem no Brasil todo. E corremos o risco de, nos próximos dias, termos uma greve geral por causa desse projeto.

A grande massa salarial deste país está-se conscientizando de que esse projeto é extremamente prejudicial, e o professor Ruy Braga chama de a maior derrota popular desde o golpe de 1964.

Então, trago esse assunto para se ter uma ideia do impacto dessa lei, porque ela mexe com mais de 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, entendemos que o Congresso Nacional deveria, neste momento, discutir outros temas que nos preocupam, conforme dizia o deputado Ismael dos Santos há pouco, como a necessidade de uma reforma política profunda. Não queremos discutir voto distrital; nós queremos uma reforma política que enfrente o tema do financiamento das campanhas de campanha que as empresas fazem para políticos, e que não é somente de Brasília, isso acontece muito perto também.

Então, precisamos discutir esse tema, assim como também a reforma tributária, a reforma agrária e a reforma da mídia no Brasil, porque ela quer ser um poder maior que o político. A mídia, para ter poder maior que os políticos, tem que ter eleição direta e outros meios, inclusive democráticos, para se colocar como representação da sociedade brasileira e dar um rumo na economia, inclusive.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bom-dia, sr. presidente!

Eu gostaria de registrar a presença, na Casa, do vereador e empresário de Nova Veneza, sr. Vanderlei Luiz Spilere, líder comunitário que trabalha muito no referido município e que vem reivindicar melhorias para a cidade da culinária típica italiana.

Seja bem-vindo a este Parlamento!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, a Presidência dá as boas-vindas a esse líder da região sul.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, também gostaria de registrar a presença, na Casa, do vereador João Paulo Terzi, presidente da Câmara de Vereadores de Arroio Trinta; da empresária Jussara Paganini; e também do empresário Gilmar Biava, acompanhado da sua esposa!

É uma alegria receber pessoas que são da minha cidade, onde tive o privilégio de ser prefeito durante dez anos, em dois mandatos.

Por isso, desejo as boas-vindas! É uma honra recebê-los aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, esta Casa dá as boas-vindas a esses líderes! Quero dizer que estão sendo muito bem representados aqui pelo deputado Natalino Lázare.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. parlamentares, hoje há um editorial no *Diário Catarinense* defendendo políticas públicas de incentivo à alimentação saudável e atividades físicas.

As pesquisas no mundo inteiro, e no Brasil não é diferente, demonstram que a população vem lentamente aumentando o consumo alimentar e o seu peso. É largamente conhecida também a relação entre a obesidade e uma série de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares. E uma série de cânceres também estão relacionados à obesidade.

E isso acontece por vários fatores. No mundo, apesar de haver regiões em que há falta de alimentação, como na África, onde há uma carência alimentar, hoje, como regra, não há falta de alimentos. O que há é a falta de acesso das pessoas à comida por falta de condições, de recursos e de meios de transporte.

O alimento que é produzido no mundo é suficiente, de forma geral, para alimentar as pessoas, mas não foi sempre assim. Até um século atrás, ou até pouco menos, havia falta de alimentos no mundo, mas as pessoas sobreviveram.

No Brasil, a maioria dos descendentes de europeus são pessoas que sobreviveram à obesidade na Europa, em determinado momento histórico, e são resistentes à falta de comida, porque, em determinado momento da história, se a pessoa tivesse dez filhos e cada um só pudesse comer uma batata, aquele que sobrevivesse com uma batata, sobrevivia, e os outros nove não sobreviam, porque havia somente uma batata para cada um. Portanto, sobreviviam aqueles que, geneticamente, eram mais capazes de resistir à falta de comida.

Isso gerou um quadro que, hoje, é chamado de síndrome metabólica, em que a pessoa tem uma resistência ação da insulina e uma deposição de gordura, fundamentalmente para cima da cintura, em função de precisar de pouca comida.

Então, vivemos um momento em que existe comida em abundância, como regra geral, as geladeiras, as casas e os mercados estão cheios de alimentos.

Eu tenho um escritório na rua Jorge Lacerda, que foi governador do estado e morreu naquele fatídico acidente de São José de Pinhais junto com Nereu Ramos e Leoberto Leal. Lembro bem que antigamente naquela rua não havia lanchonetes, e hoje há oito lanchonetes.

Então, as pessoas, na verdade, estão comendo muito, essa é a regra. Às vezes, as pessoas podem dizer que não comem muito, mas elas comem muito sim, porque elas comparam com os outros ao redor. Mas como todos estão comendo muito, evidentemente que estão aumentando de peso.

A boa notícia que temos nesse editorial é que a pesquisa demonstra que em Florianópolis temos a melhor situação das capitais pesquisadas, mostrando que temos o menor índice de obesidade. E vejamos que é considerado obesidade quando a pessoa tem um Índice de Massa Corporal acima de 30. Hoje existe uma fórmula que divide o peso pela altura ao quadrado, e quando está acima de 30, é considerada obesidade grau um; acima de 35, grau dois; e acima de 40, grau três.

Então, em Florianópolis temos o menor índice, mas no Brasil, nos últimos quatro anos, houve um aumento de 10% para 14% de obesidade, e não estamos falando de sobrepeso, que, às vezes, o número chega a mais de 50%.

Mas a preocupação maior está concentrada na população infantil. Quando se vai às escolas, hoje, percebe-se o importante número de crianças que estão acima do peso. E há uma certa despreocupação do ponto de vista da ação das famílias com isso. Sempre há preocupação emocional - ficamos preocupados quando o filho está acima do peso -, mas há também despreocupação cultural, de hábitos, em que há um superestímulo ao consumo de alimentos.

Sabemos que a saúde, lentamente, vem aumentando os seus custos. O deputado Dalmo Claro, que foi secretário estadual de Saúde, costuma dizer, com muita propriedade, que ao longo dos anos a tecnologia tem avançado muito e proporcionado muitos meios de diagnósticos e tratamentos para doenças, mas que são absolutamente caros.

Deputado Dirceu Dresch - e concordo com v.exa., quando fez referência ao projeto da terceirização -, na saúde é diferente da indústria, onde, às vezes, quer-se diminuir o custo para melhorar a renda das empresas e não do trabalhador. Na saúde, quanto mais aumenta a tecnologia, não há uma diminuição do custo. A tecnologia não aumenta a capacidade de produção, mas aumenta o custo.

E precisamos trabalhar na área de saúde fundamentalmente com aquilo que sempre foi um mantra da saúde, que é a prevenção. E é na prevenção que entram essas questões relacionadas à obesidade e à atividade física. É uma questão cultural, é preciso que haja um programa de governo, mas é preciso incorporar essa questão, porque todos nós estamos comendo muito.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Deputado, reforçando as suas palavras, quero dizer que essa questão da obesidade é, principalmente, cultural. E o tratamento que devemos dar ao obeso é cultural, no sentido de modificação dessa cultura, e também fazer com que haja a mudança de práticas. Na verdade, mudança principalmente de alimentação - e isso é educação -, e temos visto muitas campanhas e orientações em relação a isto.

Mas há também a questão da atividade física. E daí talvez por que Florianópolis esteja na melhor situação entre as capitais, pois é uma cidade privilegiada em termos de espaço para a prática de atividade física. Não necessariamente esporte de autotreinamento, mas que as pessoas tenham a atividade física natural, como nadar, praticar esportes náuticos, fazer caminhadas. A Beira-Mar Norte, e todos sabemos disso, é um espaço fantástico, equipado pelo poder público para essa prática. E não vemos isso em outras cidades. Eu acho que os executivos, tanto do estado quanto dos municípios, têm que ter uma atenção para que se dê à população espaços adequados à prática esportiva.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. pela pesada fala, como diz o presidente que está presidindo esta sessão. Mas, de fato, é um tema extremamente importante para discutirmos.

Falo sempre na educação. As nossas crianças precisam saber o que significa, para o seu futuro, o consumo de refrigerantes. Todos nós, hoje buscamos uma vida longa e qualidade de vida. Agora, não conseguimos atacar no centro a questão da alimentação.

Queremos propor, sr. deputado - e já debatemos isso no nosso outro mandato -, criamos um grupo de trabalho, e aqui temos vários médicos - para discutir essa questão. Os nossos municípios e o governo do estado precisam investir mais na prevenção. Se não atacamos com a prevenção, nós não vamos ter caixa suficiente, de forma alguma, para sustentarmos toda essa máquina que cada vez fica mais cara.

Parabenizo v.exa., deputado, e nós nos colocamos a sua disposição no sentido de contribuir com esse debate.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Dirceu Dresch.

Realmente, o município de Florianópolis se destaca exatamente pela questão aqui levantada pelo deputado Dalmo Claro, ou seja, que aqui existe um aumento de atividade física em função da geografia da região e da população. Evidentemente que é preciso trabalhar essa questão.

Ontem, tivemos a despedida da modelo brasileira Gisele Bündchen, que desfilou pela última vez, e evidentemente que nem todos precisam ter o corpo da Gisele Bündchen, mas precisamos trabalhar um pouco mais para diminuir o peso de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Com a desistência do PCdoB, os próximos minutos são destinados à Frente Renovação - PSB, PR, PPS.

(Pausa)

Com a desistência da Frente Renovação, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso, do PSDB, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente e srs. parlamentares, trago uma preocupação que nos veio depois de um relatório que chegou, deputado Dalmo Claro, a respeito da situação pela qual passam alguns hospitais estaduais totalmente públicos de Santa Catarina.

Como sabemos, há muito tempo o financiamento desses hospitais é mera e tão somente originários ou do SUS, repasses de AIHS e convênios diretamente com o setor público federal, e também repasse do Tesouro do Estado, o Fundo Estadual de Saúde. Com isso, esses hospitais, por regra, não podem atender pacientes nem por consultas particulares nem por convênios.

Ora, há algumas cidades onde estão sediados hospitais regionais, como, por exemplo, em Ibirama. Nele a taxa de ocupação - inclusive feita pelo dr. Della Giustina, que é assessor da deputada Ana Paula Lima, que fez uma avaliação *in loco*, a pedido do deputado José Milton Scheffer - é em torno de 30%, com o pessoal todo disponível, trabalhando, mas impedido de receber dinheiro de convênios e particulares. Com isso, abre-se uma brecha nas finanças desses hospitais regionais, ocasionando, muitas vezes, um déficit pesado - e está aqui um ex-secretário estadual de Saúde, o dr. Dalmo Claro -, e isso vai impactando contra as contas do Tesouro do Estado, do Fundo

Estadual de Saúde. Eles, hoje, se veem já com muita dificuldade de celebrar convênios e fazer outras modificações. E o dia a dia deles é correr atrás para arranjar os fundos necessários para se manter - e sendo muitos hospitais sediados em Florianópolis.

Com isso, eu aviso que vou atrás e ontem já conversei com o dr. Lio Marcos Marin, que agora está deixando o Ministério Público. Porque o Ministério Público é muito taxativo e um cobrador dessa situação: o que é público, tem que ser 100% público. Porém, há algumas ações e decisões da Justiça. Por exemplo, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que é um hospital escola da união, foi liberada a possibilidade de ele atender por convênios e consultas particulares para ajudar na manutenção daquele hospital. Ou seja, já estão abrindo, em alguns estados da nação, a possibilidade de flexibilizar essa postura fechada do Ministério Público, enfim do entendimento aqui em Santa Catarina para que isso aconteça.

Nós entendemos que, se uma pessoa entra para ser atendida pelo SUS, ela tem que ser atendida até o fim pelo SUS; se for por algum plano de saúde, ela tem que ser atendida até o fim pelo plano de saúde; e se for por consulta particular, tem que ser atendida até o fim por consulta particular. Uma pessoa que entra pelo SUS não pode, no decorrer do caminho, passar para outra situação, ou seja, uma diferença de classe. Isso gera, e eu posso dizer aos senhores, como auditor que fui durante algum tempo dentro do Sistema Único de Saúde, muitos problemas e distorção.

Agora, está aberta uma discussão para que possamos avaliar melhor e, quem sabe, até, promover algo a mais para a saúde financeira desse sistema hospitalar público, tanto estadual, municipal e também, por que não dizer, hospitais federais, como o HU em Florianópolis.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria, com a aquiescência do nosso presidente, primeiramente parabenizá-lo por abordar esse tema de extrema importância para Santa Catarina.

Na condição de morador de Ibirama e conhecedor profundo das questões do Hospital Dr. Waldomiro Colautti, umas das 14 unidades geridas pelo estado de Santa Catarina na área da saúde, eu quero me somar ao seu pronunciamento e, se v.exa. me permitir, colocar mais alguns dados para que a sociedade catarinense tenha conhecimento efetivo do que é aquela casa.

Há 40 anos, quando foi construída aquela unidade, ela foi construída com o propósito de atender uma região com 100 mil habitantes, e naquele momento ele cumpriu o seu papel. Ao longo dos anos, por ser uma gestão 100% pública vinculada ao erário estadual, e obviamente às políticas públicas de saúde da secretaria de estado da Saúde, e pela distância também das decisões, acabou perdendo, ao longo dos anos, o seu real objetivo no sentido de atender à população.

Hoje, deputado Dr. Vicente Caropreso - e v.exa. é médico -, aquele hospital detém 65 médicos que estão na escala de plantão. E chega determinado momento em que, às vezes, para o diretor-geral daquela unidade ter um médico para poder fazer o pronto-atendimento no final de semana, ele tem dificuldade.

Então, essa questão recentemente veio à tona na comunidade de Ibirama e região, e eu tenho defendido, até por uma questão de princípios, que aquela unidade que está lá, juntamente com as demais 13 unidades que o estado tem a responsabilidade de gerir, tem que prestar o seu atendimento 100% à comunidade catarinense.

Se para isso tivermos que mudar o modelo de gestão, vamos ter que encarar, sim, e mudaremos o modelo de gestão, até porque é inconcebível que tenhamos mais de 200 funcionários efetivos numa unidade de saúde, e essa unidade não prestar o atendimento decente à

comunidade catarinense e, logicamente, daquela região.

Então, quero, através de suas palavras, colocar-me a sua disposição e ser, junto com v.exa., um guerreiro nessa questão. Acho que temos, sim, que conversar com o representante do Ministério Público Estadual, porque não dá para inviabilizar 14 unidades em Santa Catarina, simplesmente porque temos que cumprir a lei na forma como está escrita.

É evidente que, se tivermos que abrir parcerias com o município, com entidades, nós vamos abrir. Afinal de contas, no ano passado foram mais de R\$ 600 milhões, deputado Dalmo Claro, que esses 14 hospitais consumiram do erário público para atender à comunidade catarinense, e não está surtindo o efeito necessário e desejado.

Então, quero fazer o registro, aproveitando esse tema, de que o secretário da Saúde, João Paulo Kleinubing, tem a sensibilidade, na condição de secretário da Saúde atual, de tentar mudar a gestão dos 14 hospitais. Eu concordo plenamente por quê? Porque, afinal de contas, esses 14 hospitais foram criados com um único objetivo: atender na sua plenitude, inclusive com a sua taxa de ocupação, a sociedade catarinense.

Por isso, quero me somar ao seu pronunciamento e colocar-me a sua disposição porque conheço esse assunto com profundidade. E vamos juntos ao Ministério Público para sensibilizá-lo e, juntamente com a secretaria de estado da Saúde e a Assembleia Legislativa, fazer com que essas 14 unidades de saúde em Santa Catarina prestem o seu serviço.

Eu sei que tomei o seu tempo, mas era muito importante fazer esse registro.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado pela sua colaboração, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Ouço o meu companheiro de residência médica.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Deputado Dr. Vicente Caropreso, parabéns por abordar esse tema.

Eu também vou tomar o seu tempo, pois não posso deixar de dizer que, na verdade, o Ministério Público pressionou a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina, há oito anos, e ela acabou assinando um acordo com três ações - e o colega sabe, porque é médico e atuou, e atua, em hospitais - que foram deletórias para o bom funcionamento dos hospitais públicos administrados pelo estado.

A primeira dessas ações foi acabar com o médico credenciado. V.Exa. lembra que um médico, assim como eu e v.exa., atuava em hospital público, recebia aquele valor mínimo do SUS, mas dava atendimento quando o paciente precisava de uma especialidade. Encerrou-se isso que era quase um trabalho voluntário por parte dos médicos e o atendimento passou a ser feito somente por médicos concursados e contratados. Sendo que, na verdade, isso é muito mais caro e mais difícil de preencher o quadro.

A segunda foi acabar com o pró-labore, que foi um desestímulo à produção dos hospitais estaduais.

E a terceira, e pior de todas para a economia dos hospitais, foi não permitir mais que as pessoas fossem atendidas por convênios naqueles hospitais. Ora, em Santa Catarina, mais de 20% da população têm plano de saúde; em Joinville e Jaraguá do Sul, mais de 40% da população têm plano de saúde. Esses são cidadãos que têm o direito de utilizar os hospitais públicos como qualquer outro. Eu entendo que é um direito constitucional.

E esses hospitais, mesmo sendo proibidos de atender, na verdade, essas pessoas que teriam direito de ser atendidas, acabam atendendo também. O Hospital Infantil de Joinville é um hospital excelente, hoje, e funciona muito bem. E a população, mesmo quem tenha plano de

saúde, não vai aos hospitais credenciados, e sim ao Hospital Infantil porque é especializado, de excelente qualidade, com um corpo clínico muito amplo nas subespecialidades da pediatria.

Só que esse hospital fica impedido de cobrar para o estado de Santa Catarina - porque é estadual - a prestação de serviço a essas operadoras de plano de saúde. Quem faz a cobrança é a Agência Nacional de Saúde, que repassa o recurso para o ministério da Saúde. Esse recurso não volta para o estado. As pessoas estão usando os hospitais da mesma maneira, só que não se declaram usuárias do plano de saúde e acabam usando da mesma forma aquele recurso.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo por trazer esse tema. V.Exa., que é médico, tem noção realmente do que está acontecendo com a saúde em nosso estado.

O tema da saúde é global e temos que ver o que podemos fazer para melhorá-la. E não somente o poder público, mas também a sociedade. E essa é uma maneira de a sociedade participar do poder público. Da maneira como foi aprovado um atendimento particular em Porto Alegre, faz com que se repense o que está acontecendo com a saúde no estado de Santa Catarina.

Parabéns pelo tema, deputado Dr. Vicente Caropreso!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Está aberta, portanto, essa grande discussão na Assembleia Legislativa. Tomara que durante o nosso mandato possamos evoluir, e, se evoluirmos realmente para melhorar a condição financeira dos hospitais públicos do estado, estaremos dando uma grande contribuição para a saúde de todos os catarinenses, pois parte desses recursos que iriam apenas para saldar as dívidas desses hospitais, poderá ser usada para outras finalidades. E isso tudo vai contemplar o povo catarinense, porque, na realidade, quem tem plano de saúde e quer pagar a consulta particular para um hospital público, tem que ter esse direito: "Eu quero pagar para o hospital público os honorários e todas as despesas de atendimento"! Mas isso aqui no estado de Santa Catarina é vetado.

Então, vamos, com paciência, com muita tranquilidade e com firmeza, enfrentar essa dificuldade e dar a nossa contribuição, do nosso ponto de vista, para essa área da Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Antes de passar para o horário do PMDB, quero falar sobre o tema abordado pelo deputado Dr. Vicente Caropreso.

Esse é um tema sobre o qual temos que nos debruçar e debater nesta Casa, por ser de extrema importância. Isso vai, com certeza, influenciar muito em todas as cidades que têm hospitais.

Esse debate precisa ser ampliado e é preciso que se tome uma decisão. As suas colocações foram de grande valia e alerta sobre o Sistema Único de Saúde de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Forquilha, Vanderlei Alexandre, que sempre está na nossa capital atrás de ações importantes para o seu município, que é um dos que mais crescem em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Eu também quero anunciar a presença do prefeito do município de Itapema, Rodrigo Costa, e do secretário de Agricultura e Pesca daquele município, Elias Severino. O prefeito veio à capital para divulgar a II Festa Tradicional das Raízes, do querido município de Itapema, e futuramente,

prefeito, v.exa. poderá divulgar essa festa neste plenário.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o meu amigo deputado Manoel Mota, um dos guerreiros da luta pela BR-101 na região sul.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - O eminente deputado Romildo Titon pediu para utilizar a tribuna no horário do partido, mas, enquanto ele não chega, eu vou usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado, v.exa. terá o tempo de 15 minutos, que depois poderá ser dividido com o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero, neste instante, cumprimentar o sr. presidente, deputado Leonel Pavan, e os srs. deputados e as sras. deputadas. É muito bom poder voltar a esta Casa para fazer registros importantes e fundamentais.

Já foi marcada três ou quatro vezes a data de inauguração da Ponte Anita Garibaldi, mas me parece que no dia 15 de maio será para valer a inauguração daquela ponte. Já não é a primeira vez que foi marcada a data, mas agora acho que é a data oficial.

Essa é uma obra pela qual se lutou a vida toda, é uma obra que vai trazer muitos benefícios à região. Hoje, existe um transtorno muito grande, porque em qualquer feriado formam-se filas de 10km, 12km ou 15km, e isso deixa os motoristas nervosos. Mas agora é para valer e no dia 15 de maio vamos ter a inauguração da Ponte Anita Garibaldi!

Também gostaria de dizer, nesta tribuna, que vou pedir ao Tribunal de Contas da União um levantamento, pois quero ver a espessura, caro presidente, das obras da BR-101. Não é questão de governo, mas, sim, que uma empresa fiscalizou, ganhou milhões e a obra não tem a espessura necessária que tinha quando foi licitada. Ela está-se desmanchando, tendo que ser reformada a todo instante.

Então, é preciso tomar essas medidas, porque são fundamentais para se fazer com que o dinheiro que foi investido nessa obra seja realmente usado com transparência e com muita seriedade. Eu não posso acusar o governo, porque foi ele que contratou uma empresa, e pagou caro, para fiscalizar e acompanhar a obra.

Agora, se a obra não tem qualidade, é porque a empresa não fiscalizou. O projeto de engenharia da BR-101 é de primeiro mundo, mas a obra deve ser de décimo mundo, porque não tem qualidade nenhuma. Há lugares em que a obra nem foi entregue e já tiveram que reformar três vezes.

Então, nós, que conhecemos um pouco de pavimentação de estrada, não podemos aceitar isso e ficar de braços cruzados. Temos ainda muitos problemas, porque além dessa obra sem qualidade, há o problema da ponte e o do Morro do Formigão. O túnel está pronto, mas agora será preciso fazer outra ponte para passar por Tubarão. Não adiantou nada fazer o túnel.

Então, a falta de planejamento é muito grande nas estradas de Santa Catarina. Por isso, temos que acompanhar, pedir e implorar para que possamos ter alguma garantia de que o dinheiro investido seja utilizado em obras de qualidade para a sociedade poder transitar de norte a sul, de sul ao norte, com segurança e tranquilidade.

Por isso, eu, que lutei tanto, que respondo ainda na Justiça por aquela paralisação por causa da obra, acho uma falta de competência. A ordem de serviço veio através de Luiz Inácio Lula da Silva e de lá para cá a obra vem andando. Uma empresa recebeu, com certeza, uma fortuna para acompanhar e fiscalizar a obra, e o que fizeram? A obra está-se desmanchando e cada vez que chove forte fica tudo esburacado, porque não há qualidade. O asfalto está afundando e daqui a pouco não precisaremos nem de motorista, porque o caminhão vai ficar no trilho.

É preciso, sim, lutar e fazer alguma coisa para resolver o problema. E, pensando nisso, irei a Brasília pedir aos deputados integrantes do

Fórum Catarinense que intercedam para que o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União venham fazer a inspeção desse asfalto e responsabilizar quem quer que seja, mas alguém tem que responder por isso!

Não podemos permitir que o dinheiro de toda população, investido nessa obra, que representa tanto para o sul do estado, seja jogado fora dessa maneira e o povo tratado com tanto descaso.

Por isso, quero registrar esse problema e continuar lutando por essa obra tão importante. Para chegarmos aonde chegamos, foi uma luta de muitos anos. No sul do estado, temos a Serra do Faxinal, a serra das pererecas, que custaria R\$ 27 milhões. Mas uma procuradora entrou com uma ação por causa das pererecas. Ganhamos a ação e agora a obra está custando R\$ 64 milhões. E quem vai pagar por isso é o povo novamente.

Foi entregue a ordem de serviço para a BR-285, em Timbê do Sul, há um ano, e até agora a obra ainda não foi iniciada.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Entendo que o seu discurso tem que ser dividido em duas grandes linhas. A primeira, sobre essa bela obra que está sendo entregue para a região sul de Santa Catarina, que sempre foi uma região muito deprimida economicamente, pela dificuldade do transporte e de localização, e logo será feita a integração ferroviária com a BR-101.

Então, esse belo investimento, e agora a ponte, com certeza trará mais qualidade de vida para a população da região sul.

Outro assunto que v.exa. levantou com muita propriedade foi a questão da boa aplicação do dinheiro público e do engodo, porque já estamos desde o início com várias empresas que não cumpriram contratos, que fizeram sacanagem com a lei da licitação inclusive do Brasil, que tem esses vícios das empresas que assumem uma obra e depois não cumprem o prazo, ou assumem uma obra e o serviço não tem qualidade.

Então, a avaliação de v.exa. está correta e temos que cobrar dessas empresas o que assumiram na licitação, ou seja, fazer uma obra com qualidade.

Temos, primeiro, que comemorar com a região esse belo investimento, mas também fiscalizar, sim, porque esse é o nosso papel como parlamentar.

Cumprimento v.exa., nobre deputado, e faço o reconhecimento na perspectiva dos investimentos que, com certeza, darão nova injeção de ânimo para a região.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

A empresa que ganhou a licitação tinha o compromisso de fazer a obra dentro das especificações e com qualidade. E hoje temos a empresa que constrói a obra e a que a fiscaliza, que acompanha passo a passo o que está sendo feito. Gostaria de saber onde estava essa empresa que fiscaliza, porque temos locais que já foram recuperados pela terceira vez.

Então, a obra não tem qualidade e as empresas ganharam bilhões, porque não investiram na obra. E responsabilizo a empresa que foi contratada para fiscalizar, que também ganhou milhões e não fez nada! Acho que fizeram de conta que fiscalizaram para receber o dinheiro.

Srs. deputados, não podemos ficar de braços cruzados nesta Casa vendo tudo isso acontecer. Eu, que estou no sétimo mandato sempre lutando com ética, responsabilidade, lealdade ao dinheiro público e ao povo de Santa Catarina, não posso aceitar essa situação, não posso aceitar que uma obra que custa R\$ 4 bilhões não tenha qualidade.

A Ponte de Laguna é um presente, uma obra de arte, e não podemos criticar, porque não temos como avaliar ainda. Estou criticando a pavimentação asfáltica da BR-101 no sul do estado. Empresas ganharam aditivos e mais

aditivos, não terminaram a obra, foram embora e continuam trabalhando com outras obras públicas.

Então, está na hora de, no Brasil, tomarmos medidas mais sérias com relação a essas empresas, e mais voltadas para os interesses da sociedade, dos recursos públicos, porque o povo paga muito caro os impostos para ter obras de qualidade.

O projeto de engenharia da obra é lindo, mas está tudo mal feito. Os retornos estão péssimos, a cobertura do asfalto é de má qualidade e assim por diante.

Portanto, quero pedir aos deputados a formação de uma comissão para ir a Brasília pedir que seja feita uma vitória, *in loco*, na obra pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. Precisamos valorizar o que temos, que é o bem público deste país, e valorizar os recursos investidos.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero convidar todos para a inauguração da Ponte Anita Garibaldi, que espero que aconteça no dia 15 de maio. Mas estou convidando também os deputados deste Parlamento para fiscalizarem a BR-101. Vamos colocar um ônibus na frente desta Casa e uma comissão irá até lá para fazer uma avaliação e ver se isso que estou falando aqui é verdade ou não. O povo nos cobra, lutamos tanto por essa obra e agora é somente buracos!

Então, quero deixar registrada a minha indignação com relação a essa obra. A nossa luta vai continuar com garra, determinação, responsabilidade e lealdade com o povo e a região que me elegeu pela sétima vez, e quero cumprir o meu mandato com muito trabalho e dedicação.

Sr. presidente, depois quero fazer um encaminhamento no sentido de criarmos essa comissão para fazer uma visita e avaliar a situação da obra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Manoel Mota, ninguém duvida dessa sua bravura! V.Exa., como sempre, foi um grande lutador pela duplicação da BR-101. Hoje demonstra que tem todo o envolvimento e o reconhecimento deste Parlamento.

Quero dizer que v.exa. pode não conhecer de asfalto, mas de estrada v.exa. conhece muito bem. Conte conosco!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença na nossa Casa, no dia de hoje, do vereador Levi Rioschi, de Joinville. Ele, que é o primeiro-secretário Câmara de Vereadores e um líder comunitário de grande importância na nossa cidade, veio participar de uma audiência na secretaria da Saúde, com certeza buscando recursos para a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, vereador Levi Rioschi, esta Casa o recebe de braços abertos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDS.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, público que nos acompanha nesta Casa e também pela TVAL e Rádio Alesc Digital, meus cumprimentos a todos!

Gostaria, sr. presidente, antes de entrar no tema que me traz à tribuna nesta manhã, primeiro, de fazer um agradecimento ao presidente da Celesc, que esteve recentemente no município de Blumenau fazendo uma visita às entidades empresariais e à nossa cidade. Ele trouxe uma novidade muito positiva, que é a questão do início, provavelmente já neste mês ou no mais tardar no mês que vem, da obra de construção da nova subestação da Celesc em Blumenau.

Trata-se de uma subestação que será feita nas margens da BR-470, com investimentos

de, aproximadamente, R\$ 12,5 milhões, e que irá atender cerca de 40 mil consumidores da região norte de Blumenau. É uma obra muito importante não apenas para as pessoas que moram na região norte do município de Blumenau, mas também para quem quer fortalecer a sua empresa, através da geração de empregos e renda às pessoas que moram naquela região.

Então, será muito importante tanto para famílias que moram lá, como também para as empresas, que vão poder expandir os seus investimentos, e também para que a região possa ter novas empresas naquele local. E até porque é na região norte, srs. parlamentares, que se projeta o futuro do crescimento da cidade de Blumenau, uma vez que é uma região mais livre da questão de cheias, próxima à BR-470 e próxima à SC-108, que, inclusive, está com investimento com ordem do governo do estado. E agora estamos cobrando o novo decreto de desapropriação das áreas para que as obras também possam iniciar. Ou seja, são grandes investimentos naquela região.

E essa subestação da Celesc, anunciada pelo presidente da Celesc, sr. Cleveson Siewert, é muito importante para Blumenau e toda a região norte.

Por isso, quero agradecer-ló, pois é um investimento muito importante. Espero, assim que iniciarem essas obras - e o prazo de previsão da conclusão da obra é de um ano -, que realmente a Celesc possa cumprir a pontualidade da forma como vem trabalhando para que possamos realmente, dentro de um prazo de um ano, ter essa obra concluída para atender à comunidade da região norte.

Também quero, sr. presidente e srs. parlamentares, falar um pouco da minha ida, junto com o deputado Ismael dos Santos, ontem a Brasília para participar de uma audiência, que foi agendada pelo secretário de Saúde do estado, o deputado federal João Paulo Kleinübing, com o ministro das Cidades, em que um dos assuntos abordados foi a questão do município de Gaspar, sendo que foi falado sobre a possibilidade de buscar recursos no ministério para o contorno de Gaspar, um pedido já feito pelo governador Raimundo Colombo.

Numa segunda audiência com o prefeito Napoleão Bernardes, de Blumenau, o ministro nos atendeu de forma brilhante. Quero dizer, deputado Romildo Titon, que nunca vi um ministro atender tão bem uma comitiva. Ele foi muito receptivo e perguntou o que Blumenau precisava nas áreas de saneamento e habitação, colocando-se à disposição. Inclusive, assumiu o compromisso de tentar atender o município na questão da ampliação das estações de tratamento de água e buscar a possibilidade de conseguir novas residências do Minha Casa, Minha Vida para o município de Blumenau.

Mas chegou um certo momento em que o ministro pediu a participação do sr. Dario Lopes, que é secretário Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana do ministério. E naquele momento fiquei muito preocupado, deputado Gean Loureiro - e v.exa. já foi vereador e candidato a prefeito -, porque, num determinado momento, o secretário Dario Lopes perguntou se o município de Blumenau já tinha feito o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana, que, segundo a Lei n. 12.587, cada município tem três anos para fazer esse plano, e esse plano deveria ter sido concluído no último dia 12 de abril. A minha surpresa foi que, infelizmente, Blumenau ainda não tinha feito o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana. E aí, com isso, Blumenau pode continuar recebendo os financiamentos já existentes, mas não pode receber novos investimentos.

A lei é muito clara quando diz que os municípios acima de 20 mil habitantes devem fazer o seu plano. E esse plano, sr. presidente e srs. deputados, na verdade, pertence à política nacional de mobilidade urbana, que é um instrumento de política e de desenvolvimento urbano tratado pela lei. Ou seja, ele quer regulamentar essa questão do desenvolvimento urbano da cidade junto com o Plano Diretor, junto com a questão do transporte coletivo. Prevê o

futuro e o crescimento das cidades acima de 20 mil habitantes no país, e é fundamental.

Srs. deputados, trago essa questão à tribuna porque acho que todos os srs. parlamentares têm que ter conhecimento disso e dizer aos seus prefeitos que, a partir do dia 12 de abril, para conseguirem novos recursos do ministério das Cidades, na área de mobilidade urbana, é importante que o município tenha o seu plano aprovado. É fundamental que esse plano tenha sido aprovado, porque senão o município não conseguirá novos recursos.

E, para nossa surpresa, Blumenau não tem o seu plano aprovado, e enquanto não tiver o seu plano aprovado, não conseguirá ter acesso a novos recursos na área de mobilidade urbana, o que é muito importante, já que a cidade vive um caos na questão do trânsito, tendo dificuldade de fazer a ampliação dos corredores de ônibus. E para tudo isso ela precisa dos recursos lá de Brasília, do ministério das Cidades.

O ministro está à disposição, o deputado federal João Paulo Kleinübing, secretário da Saúde, levou o prefeito até lá para ser atendido e conseguir recursos, mas, infelizmente, por mais que se queira ajudar, enquanto a prefeitura não fizer a sua parte e cumprir com a obrigação legal de fazer o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, não podemos ajudar com mais recursos do ministério das Cidades na área de mobilidade urbana.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Quero, inicialmente, cumprimentar v.exa., deputado Jean Kuhlmann, por trazer para o debate a importância dos municípios de terem o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

O histórico vem demonstrando que as ações estão sendo realizadas com base no achismo, na interpretação do secretário de plantão, muitas vezes prejudicando ainda mais a mobilidade urbana.

Nós estamos conduzindo a Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis. Não é exclusividade de Blumenau não ter o seu plano, há outra capital no sul do Brasil que também ainda não o tem. Então, Blumenau, talvez, esteja equiparada a outra capital que também tem essa característica.

E o que acontece quando não se tem isso? Tomam-se decisões pensando em ajudar, e algumas cabeças iluminadas trazem um problema ainda maior. Quem é de Florianópolis sabe que a inversão da avenida Trompowsky trancou todo o trânsito no centro da cidade, numa decisão isolada, que o próprio Conselho Regional de Engenharia notificou para entender quem era o engenheiro responsável.

Ou seja, não se transita mais na rua Bocaiuva, quem quer ter acesso à rua São Jorge, hoje, é impossível. Portanto, trancou-se toda a estrutura do centro da cidade com a mudança de uma via pública, que decidiram sozinhos, que não discutiram com a sociedade. Está havendo uma revolta, muitos comércios foram inviabilizados e dizem que se tem que pensar no coletivo e não no contexto de quem mora no centro da cidade. Afetou essencialmente quem mora no centro da cidade, quem vem para o centro da cidade, quem sai da Beira-Mar Norte. As filas trancaram totalmente o trânsito, e isso porque duplicaram uma via com mão única, que dá acesso a outra que tem somente uma via. Ou seja, somente espalhou a fila que havia e trancou todo o centro da cidade.

Desculpe se estamos nos intrometendo e trazendo um problema de Florianópolis, mas estamos pensando em buscar recursos federais, e para isso o município tem que fazer o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Mas, muito mais do que ter o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana, o que o governo federal quer é que não cometam essas atitudes sem o diálogo com a sociedade, vindo de uma mente iluminada que tranca a cidade inteira. Não aguentamos mais

gente que tranca as ruas! Tem que ser gente que libere as ruas de Florianópolis!

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É justamente nesse sentido, deputado Gean Loureiro, que o secretário nacional colocou, de forma muito clara, que qualquer projeto novo no ministério das Cidades, na área de mobilidade urbana, precisa ter o Plano Municipal de Mobilidade Urbana aprovado e acompanhar esse projeto. E até para que possa orientar as emendas dos deputados federais e as emendas da bancada catarinense. Qualquer bancada, qualquer deputado federal vai fazer uma emenda na área de mobilidade, ele tem que fazer uma emenda daquilo que está incluído no Plano Municipal de Mobilidade Urbana para justamente, deputado Gean Loureiro, não acontecer o que v.exa. falou: algumas mentes iluminadas acharem que são donas da verdade e podem decidir o destino do trânsito de uma cidade. Isso tem que ser discutido de forma ampla e por isso que eu concordo com essa decisão de atrelar os novos recursos ao plano e fazer com que ele realmente seja feito com uma visão de longo prazo.

É uma pena que no caso de Blumenau a prefeitura teve três anos para fazer, não fez, recebeu um projeto na época chamado Projeto Blumenau 2050, e praticamente o jogou na lata do lixo, ignorando o que já estava projetado.

Então, o caso de Blumenau é pior ainda, além de não fazer a sua parte, ignorou aquilo que tinha sido feito pela sociedade anteriormente. Ou seja, puro egoísmo político.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Jean Kuhlmann, não poderia ficar calado, depois de ouvir o deputado Gean Loureiro, quando falou em mentes iluminadas que acabaram decidindo o que vai acontecer.

Em Joinville existe a rua Iririu, na região do Hospital Regional - e lá em Joinville cada bairro é uma cidade. E uma mente iluminada, com o apoio do prefeito Udo Döhler, fez com que fosse mudado o sentido da rua Iririu, o que acabou trancando todo o trânsito. Agora, para se chegar ao Hospital Regional pela rua Iririu a pessoa tem que usar o GPS. Mas, o pior de tudo, é que a prefeitura não passou ainda orientação nova das mudanças e o GPS fica dizendo: "Recalculando, recalculando", e no final só falta ele dizer: "Fala com o Udo porque eu também não sei chegar". Por quê? Porque uma mente iluminada fez aquilo tudo errado!

Vejam que - e o deputado Gean Loureiro falou da tribuna que a mudança trancou o trânsito - não é somente a questão do trânsito. Existe um mercado, o Lageano, na rua Iririu, há 40 anos, que teve uma perda de R\$ 200 mil por mês no faturamento, porque as pessoas não conseguem mais chegar ao mercado para comprar!

Então, existe toda uma preocupação e quero parabenizá-lo por trazer, nesta manhã, este debate.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado Kennedy Nunes! V.Exa. já trouxe outro foco que faz parte do conjunto, deputado.

Quando discutimos o planejamento de uma cidade, não discutimos apenas a questão de uma rua, do sentido dela, se vai passar carro ou se vai passar ônibus. Estamos discutindo a vida das pessoas! E quando queremos planejar, temos que planejar para garantir desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para o ciclista, a pessoa que usa o carro, os usuários de ônibus, a pessoa que anda a pé, a pessoa que tem um comércio. Por isso que o planejamento é fundamental. E uma cidade que não planeja e não se organiza, não pensa nas pessoas que moram nela.

Infelizmente, ontem fiquei muito preocupado e espero, de coração, que o prefeito Napoleão Bernardes faça a sua obrigação e que este pronunciamento, srs. parlamentares, sirva de alerta a todos os prefeitos de Santa Catarina,

numa cidade com mais de 20 mil habitantes, porque a lei é clara e diz, num determinado momento, que o Plano Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao Plano Diretor do Município - ou seja, é uma questão mais complexa. E os municípios que não elaborarem o seu plano na data da promulgação dessa lei, dentro do prazo, ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana na sua cidade.

É lamentável isso e espero realmente que sirva de recado a todos os prefeitos de Santa Catarina, numa cidade com mais de 20 mil habitantes, para que tenhamos a mobilidade urbana.

Então, quero agradecer os apertes dos srs. parlamentares e trazer esta preocupação: prefeitos de municípios com mais de 20 mil habitantes, façam o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana para o bem da cidade, do desenvolvimento, do crescimento e, acima de tudo, pela qualidade de vida dos moradores. E que eu presenciei, ontem, ao chegar lá para pedir recurso, e o cidadão perguntar onde está o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana e o município não ter feito o seu dever de casa, foi passar por esse constrangimento.

Blumenau não precisa desse tipo de atitude. Blumenau, recentemente, perdeu R\$ 20 milhões do Juro Zero, por não ter apresentado os projetos no prazo correto. Infelizmente, Blumenau trocou, deputado Gean Loureiro, um financiamento de R\$ 20 milhões a juro zero, por um financiamento de R\$ 20 milhões em que vai pagar R\$ 8,7 milhões de juros! O estado ia absorver esses juros e agora quem vai pagar é o povo de Blumenau, infelizmente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria de cumprimentar o eminente deputado Jean Kuhlmann pelo seu pronunciamento, e dizer que realmente temos que nos preocupar com essa questão da mobilidade urbana. Cada viagem que nós, deputados estaduais, fazemos à capital federal é justamente para buscar informação para a Assembleia Legislativa, os municípios e as regiões.

Então, cumprimento v.ex.a. por trazer esse tema que é do momento. Acho que as prefeituras têm que estar atentas ao seu papel, até porque não adianta depois brigarmos politicamente com a força política, se a prefeitura não fez o dever de casa.

Parabéns, deputado Jean Kuhlmann, pelo seu pronunciamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, os srs. parlamentares e todos aqueles que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital.

Eu falei, em Explicação Pessoal, que iria trazer algumas questões que estão na pauta política de Santa Catarina e na pauta da sociedade catarinense, no que diz respeito à situação das políticas públicas do estado.

Exemplifico isso com duas audiências públicas que vamos realizar no dia 23 de abril, em Pinhalzinho, solicitada pela Câmara de Vereadores, a respeito da preocupante situação da segurança pública daquele município. E no dia 27 de abril estaremos em Caibi discutindo esse tema. O oeste está apavorado, assim como também muitos municípios de Santa Catarina, com o tema da segurança.

Então, as coisas não estão tranquilas em Santa Catarina, e isso é extremamente preocupante. Estamos, inclusive, com mais uma ameaça de estado de greve dos agentes prisionais; temos a greve dos trabalhadores da Educação, que clamam por justiça.

Ontem, na comissão de Finanças e Tributação, debatemos sobre a qualidade e a segurança das nossas escolas, pois há problemas

gravíssimos em várias escolas, inclusive com processo de interdição.

Conversamos, há pouco, com o deputado Dalmo Claro, que levantou a questão da saúde pública no estado. Eu estou fazendo um levantamento, deputado Dalmo Claro, sobre a situação dos hospitais. O Hospital Regional de Chapecó suspendeu a realização de cirurgias desde outubro do ano passado, sob a alegação de que o estado não está repassando as parcelas que deve aos hospitais.

Então, é muito preocupante! Além disso, temos várias situações de incompetência. Temos máquinas, deputado Luiz Fernando Vampiro, paradas na secretaria da Agricultura desde o ano passado. O secretário anterior teve belas máquinas para perfurar poços artesanais e essas máquinas estão lá encalhadas desde o ano passado. Parece-me que o novo secretário está dando um encaminhamento, recebi essa informação na semana passada.

Há o problema das cisternas, que já levantei aqui, e, inclusive, já estão no Ministério Público recursos que vieram para Santa Catarina para as famílias de baixa renda construírem cisternas para ter água durante a estiagem. Os produtos estão encalhados no oeste, a região mais atingida.

Então, era esse tema que queria abordar nesta tribuna. E também quero aproveitar para indagar ao sr. governador, mais uma vez, a respeito das secretarias Regionais de Santa Catarina, que já gastaram, na última década, mais de R\$ 2,5 bilhões somente com salários e custeio. Desde 2011 os gastos de manutenção foram maiores que os investimentos feitos pelas secretarias de Desenvolvimento Regionais. A estrutura é pesada, há excesso de cargo: diretor-geral e gerente. Só na Regional de Chapecó, são 12 gerências, além do secretário regional, da assessoria de gabinete, jurídica e de comunicação. É um custo pesado.

Questionamos o uso político desde o seu início. Portanto, temos 1.698 servidores, sendo que 863, ou seja, 50,8%, têm filiação partidária. Questionamos também a sua eficiência. Segundo as próprias SDRs, o foco de auditoria especial foi finalizado pelo Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina - TCE -, que, no seu relatório técnico, pediu a redução do número de secretarias. O TCE também indicou problemas na execução orçamentária e na capacidade de investimento.

A auditoria confirmou o alto custo da manutenção das estruturas, comparado com a baixa aplicação de recursos nas áreas essenciais: saúde e educação.

Já em uma pesquisa em 2013, economistas das universidades estadual e federal de Santa Catarina também apontam que as SDRs não descentralizam os recursos do governo. O custeio das SDRs é o dinheiro que falta para educação, saúde, segurança pública e agricultura familiar.

Defendemos a redução das SDRs. O estado não pode manter essa estrutura que se mostra inoperante, se o estado nunca cumpriu o mínimo constitucional para a manutenção do desenvolvimento do ensino. Somente nestes cinco anos, R\$ 1,2 bilhão deixou de ser aplicado na Educação, porque o estado não cumpriu o mínimo constitucional. Isso, inclusive, é um problema gravíssimo em nosso estado.

Defendemos a redução e a rediscussão das SDRs, pois o estado nunca cumpriu o estabelecido na Constituição de Santa Catarina para a aplicação em ensino superior também, conhecido como art. 170. Segundo o relatório do Tribunal de Contas, entre 2008 e 2012 R\$ 413.079.000,00 deixaram de ser aplicados na formação universitária.

Portanto, não estamos investindo o mínimo necessário na educação básica do estado de Santa Catarina, e também não estamos investindo, conforme diz a lei do art. 170, em formação universitária em nosso estado. E além dos temas que já citei, como a aplicação na Saúde. Então, desde a época do Senado, deputado Serafim Venzon, o governador já vem

trazendo esse tema das secretarias Regionais, que não cumprem com a sua função. E por isso elas têm que ser extintas ou reduzidas, urgentemente, porque o próprio Tribunal de Contas, as Universidades Federal e Estadual de Santa Catarina fizeram pesquisa e todos trazem dois grandes temas: primeiro, que se gasta mais com estrutura do que com investimento; e, segundo, que não se cumpre a Constituição do Estado de Santa Catarina e a lei, aplicando os recursos mínimos na Saúde e na Educação.

Por isso, há um grande processo que pode ser mudado no sentido de ampliar os recursos para as atividades básicas do estado: educação, saúde e segurança.

Então, eu volto a esta tribuna, hoje, para cobrar, porque as informações do próprio secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, dizem que temos R\$ 600 milhões para investimentos em Santa Catarina. Portanto, somente as secretarias Regionais logo, logo vão gastar isso para se manterem.

Assim, é totalmente incabível essa lógica que se construiu no estado, e é preciso ter coragem para enfrentar esse debate e mudar essa realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.ex.a., deputado Dirceu Dresch.

Evidentemente esta é a Casa do contraditório. Reconheço as suas colocações, mas a minha opinião com relação a esse tema é totalmente divergente da apresentada por v.ex.a. e, oportunamente, vou fazer as manifestações que entendo pertinentes.

Mas, de qualquer forma, agradeço as colocações do eminente deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o dr. Mário Gentil Costa, que foi, inclusive, meu professor e professor de mais de três mil médicos em Santa Catarina, e já escreveu vários livros. Ele está aqui nesta Casa acompanhado do secretário-adjunto da Saúde, dr. Murilo Capella, também professor de mais de quatro mil médicos de Santa Catarina. Eles vieram me trazer de presente um livro que o professor Mário Gentil Costa escreveu e que, posteriormente, será lançado na Casa.

Em segundo lugar, sr. presidente, quero fazer uma manifestação de apoio ao diretor do Hospital Azambuja, Fabiano Amorim -, sobre a questão do DPVAT - e já falei desse assunto em algumas sessões anteriores. O Hospital Azambuja, como todos os hospitais de Santa Catarina, tem problemas de recursos. Aquilo que o SUS paga é insuficiente para a manutenção do hospital. E ele busca de várias maneiras: convênios com Unimed, particular, e outra parte que se busca é o recurso do DPVAT. Essa semana o diretor do hospital foi chamado pelo Ministério Público como um criminoso. E isso por quê? Porque ele encontrou uma maneira de usar o DPVAT para cobrir os custos de pacientes vítimas de acidentes de trânsito.

Eu estou fazendo esse movimento de conscientização, pedindo o apoio aos nobres deputados para cada um ver na sua região. Todos nós somos obrigados a pagar o DPVAT, e depois, quem tenta usar, acaba entrando na lista dos criminosos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria apenas de fazer o registro da presença na Casa do meu amigo pessoal e ex-vereador do município de Blumenau, Ângelo Roncaglio, acompanhado do seu filho Ricardo. O Ângelo foi vereador há 12 anos, no município de

Blumenau, e naquela época fez quase quatro mil votos para vereador naquele município.

Por isso, não poderia deixar de registrar a presença dele que, com certeza, foi um dos vereadores mais votados da história de Blumenau, extremamente atuante. E quem sabe um dia volte para a Câmara de Vereadores de Blumenau, ou até para esta Casa.

Muito obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a manifestação do eminente deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Também gostaria, sr. presidente, de fazer o registro muito especial, da presença do prefeito de Herval do Oeste, Nelson Guindani, e do ex-prefeito de Treze Tilias, Romeu Rabuski.

Elas são duas cidades lindas! Treze Tilias é uma das mais bonitas do Brasil e Herval do Oeste é uma cidade progressista. É o meio-oeste de Santa Catarina presente aqui. Certamente, é uma honra para nós fazermos este registro neste momento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a manifestação do eminente deputado Natalino Lázare.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0662/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0400/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0008/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0570/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0247/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0264/2015, 0265/2015 e 0266/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0267/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0268/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0269/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0270/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Moção n. 0033/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio para a aprovação do Projeto de Lei n. 870/15, que revoga o Capítulo III, do Título V, da CLT, que trata da Constituição Sindical.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0038/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional e ao relator do PL 4330/04, manifestando preocupação e apelando pela rejeição ou retirada de pauta do Projeto de Lei n. 4330/04, que dispõe sobre o

Contrato de Prestação de Serviço a Terceiros e as relações de trabalho decorrentes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0087/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de Infraestrutura, solicitando informações acerca da manutenção da Rodovia SC-414-II, conhecida como Transbeto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0088/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao aporte financeiro e científico destinado às comunidades terapêuticas desde o início de vigência do Programa Reviver.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0089/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da Política Estadual de Serviços Ambientais e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência vai suspender a sessão por um período de dez minutos, acatando o requerimento que está sobre a mesa:

(Passa a ler.)

"Sr. presidente,

Os Líderes abaixo assinados, requerem a Vossa Excelência, com amparo no Regimento desta Assembleia Legislativa, a suspensão por dez minutos, após a Ordem do Dia, do dia 16 de abril do corrente ano, para a manifestação do sr. Lucimar Antônio Salmória, prefeito de Abdon Batista, que deseja convidar os nobres deputados para a festa de aniversário do município." [sic]

Portanto, está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente e srs. deputados, quero aqui me referir à nova indicação da presidente Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal, que vem causando burburinhos e provocado algumas discussões em virtude de uma manifestação feita por um homem civil, uma pessoa que tem o mesmo direito que qualquer outra de se manifestar.

O que estamos vendo nas redes sociais é que o advogado Luiz Edson Fachin, professor federal do Paraná, foi indicado para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal. E a indicação do jurista paranaense terá ainda que ser

aprovada no Senado federal. E, se aprovada, ele irá substituir Joaquim Barbosa, que se aposentou. E o ex-ministro Joaquim Barbosa marcou presença no Brasil, pela sua firmeza e atuação reconhecida no Brasil e no mundo inteiro.

Quero dizer que esses comentários que circulam na mídia, ou seja, que a sua indicação poderia beneficiar partido "a" ou partido "b", não têm fundamento.

Eu sou do PSDB, já fui deputado federal e senador, e na comissão da qual eu participei por diversas vezes discutimos indicações de ministros. Mas levantar suspeita de um homem que vai exercer um papel fundamental, de grande importância, somente porque fez um depoimento favorável à candidatura de Dilma Rousseff, seria prematuro e desleal. O que vale agora é a competência, a formação, o caráter e a dignidade, e acho que isso não falta ao novo ministro, que certamente será aprovado, o dr. Luiz Edson Fachin, que é do sul do país, do Paraná.

Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo são independentes. Todos nós temos o direito de escolher o nome que desejamos, em quem devemos votar. Quando ele se manifestou, era advogado. Mas se manifestar favoravelmente a alguém, não quer dizer que depois, ao exercer uma função importante como essa, ele tenha que dizer que estará lá para defender a pessoa que defendeu no passado.

Então, quero deixar isso registrado aqui, como peessedebista. E se eu lá estivesse, iria olhar o seu currículo, a sua história e o seu caráter. Pelo que tenho conhecimento, isso não falta no futuro ministro e advogado Luiz Edson Fachin.

Esperamos que o PSDB faça os seus questionamentos, mas não o julgue apenas pela sua manifestação. Acho justíssima a sua indicação, e quero deixar isso registrado, em nome do meu partido.

Quero também falar sobre a segurança neste estado. Não há um município em Santa Catarina que não pleiteie mais policiais, bem como viaturas e mais segurança. Mas não existem policiais nas prateleiras, como se fossem um produto no supermercado. O policial, para exercer a sua função, tem que fazer concurso público e depois precisa passar pela academia. Isso demora e, se não houver um planejamento referente à falta de policiais, teremos dificuldades maiores daqui a alguns anos.

A falta de planejamento tem prejudicado, principalmente, os municípios pequenos, que não têm três policiais, mas apenas um! Há lugares onde há um policial para atender a dois ou três municípios.

Quando fui governador, fiz o maior concurso proporcional do Brasil. Foram mais de três mil policiais, entre civis, militares, bombeiros. Enfim, fizemos um concurso e depois, ao longo dos anos, o governador Raimundo Colombo foi chamando um a um e colocando-os em diversas cidades.

Mas como é que faltam policiais ainda? Nós previmos, na época, a aposentadoria de quase 700 policiais para os próximos quatro anos, que foram 2011, 2012, 2013 e 2014. E muitas vezes existem policiais que abandonam a farda, abandonam a função que exercem com dignidade, e muitos deles, às vezes, perdem a vida em função do trabalho que exercem.

Fizemos um planejamento para aqueles quatro anos, mas eu não vejo um planejamento para o futuro. As vagas que estão abertas para os novos concursos são muito pequenas para a necessidade que existe no estado de Santa Catarina.

Falamos isso com conhecimento e convicção porque nós, em nove meses de governo, fizemos concurso para mais de seis mil policiais, e achamos muito pouco as vagas que estão sendo abertas agora.

Porém, queremos dizer que fizemos aqui um pleito para mais policiais para a região de Balneário Camboriú e parece-nos que estamos sendo atendidos. Os novos concursados, em torno de 20 ou 30 policiais, irão permanecer na região de Balneário Camboriú, Camboriú e Itapema. Esses policiais estão trabalhando na Volvo e, ao

acabar o evento, eles ficarão na cidade de Balneário Camboriú. Mas é preciso mais policiais em outras cidades também.

Quero aqui registrar o trabalho feito pelo major Evaldo Hoffmann Júnior e major Eder Jaciel de Souza Oliveira. Um veio de Imbituba e o outro já estava na região de Bombinhas, Porto Belo, Itapema e Balneário Camboriú, e assumiram uma função importante naquela cidade. Eles estão fazendo a diferença ao colocarem barreiras e fazendo com que o número de policiais pareça maior, em virtude de um planejamento que estão fazendo e que está dando resultado. As barreiras foram criadas na época que eu era prefeito, e falha-me a memória agora do nome do major que nós tínhamos e que implantou também as barreiras. E agora elas estão sendo novamente implantadas.

Eu gostaria de chamar a atenção do governo para que planeje melhor a questão da segurança, olhe a necessidade de todos os municípios do estado de Santa Catarina e coloque à disposição dos municípios mais policiais. E que muitos façam o que está sendo feito, hoje, em Balneário Camboriú, pelo major Evaldo Hoffmann Júnior e pelo major Eder Jaciel de Souza Oliveira.

Com certeza, o corpo da Polícia Militar em Santa Catarina está de parabéns, porque, mesmo com minoria, com poucos policiais, está-se esforçando e fazendo ainda de Santa Catarina um dos estados melhores do nosso país na questão da segurança, apesar de faltar muito ainda para ser feito.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Registramos a presença do sr. Arnaldo Lodetti Júnior, secretário no município de Içara.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, o deputado Leonel Pavan abordou o tema da segurança pública e eu também quero continuar falando sobre isso, dizendo que, ao percorrer os nossos municípios, em praticamente todos eles a reivindicação de melhores estruturas e mais policiais tem sido colocada.

Nesta semana, apresentei diversas indicações a respeito de municípios que nos solicitaram um aumento de efetivo, especialmente municípios no oeste e no meio-oeste de Santa Catarina, que têm maior falta de policiais.

Nós sabemos, como foi dito aqui, que, para colocar um policial, é preciso haver concurso público e depois o treinamento. Mas os nossos levantamentos também indicam que o número de policiais que temos atualmente é praticamente o mesmo que tínhamos na década de 80, quando Santa Catarina tinha mais ou menos a metade da população que tem hoje.

Então, normalmente os policiais contratados são para repor os que se aposentaram, os que pediram demissão, os que, de uma forma ou de outra, afastaram-se da atividade.

Portanto, nós também defendemos que esse setor da Segurança seja planejado de uma forma a contemplar melhor os nossos municípios na distribuição dos policiais e na estrutura para garantir mais segurança à população catarinense.

Queremos aproveitar, sr. presidente, para relatar que, ontem, no âmbito da comissão de Pesca e Aquicultura desta Casa, comissão esta que temos a satisfação de presidir, tivemos a presença dos representantes da secretaria de Agricultura e Pesca. A nosso convite, eles estiveram presentes na reunião expondo as prioridades da secretaria e falando sobre as prioridades dessa secretaria, principalmente sobre a questão da maricultura, a piscicultura, a carcinicultura e a pesca.

Santa Catarina é o maior produtor de pescado e de molusco e, conforme foi dito, o objetivo do governo é pensar estrategicamente o setor para que, ao longo dos anos, torne a cadeia da pesca tão importante quanto as cadeias da carne o são para Santa Catarina.

O nosso potencial pesqueiro em Santa Catarina é muito grande, e nessa apresentação,

ontem, a equipe da secretaria da Agricultura e Pesca listou uma série de demandas em cada um desses eixos estratégicos. Inclusive, na próxima semana, deputados Leonel Pavan e Valmir Comin, estará presente em Santa Catarina o ministro da Pesca - e deveria ser hoje, mas acabou adiando para a semana que vem -, ocasião em que vai tratar desses temas tão importantes para o nosso estado.

Nós sabemos dos desafios que são colocados, o próprio representante da secretaria da Agricultura e Pesca, ontem, falou, no caso da maricultura, dos desafios da inspeção sanitária, investir na produção de sementes e finalizar o processo de marcação de áreas produtivas.

Na piscicultura, a prioridade é a legalização das atividades pelos agricultores familiares, além de investimentos e melhoramento de matrizes e a liberação do cultivo de peixes em tanques redes nos reservatórios das hidrelétricas, que é uma grande opção que hoje está sendo colocada.

Outra área que carece de atenção e investimentos é a carcinicultura, o cultivo de camarões, praticamente deixada de lado desde 2009, quando a chamada doença da mancha branca afetou a produção. Há no estado, hoje, cerca de mil hectares de viveiros abandonados, e que precisam ser recuperados para se retomar a cadeia produtiva.

Eu acredito que esse potencial catarinense no setor pode ser melhorado com mais investimentos e atenção. E nós, da comissão de Pesca e Aquicultura, estaremos atentos e acompanhando isso.

Quero, por fim, sr. presidente, dizer que está tramitando na Casa um projeto de lei que apresentei em março - e já andou por diversas comissões, teve parecer favorável e está praticamente pronto para vir para o plenário -, que institui a campanha Setembro Verde, a ser realizada anualmente no mês de setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população catarinense em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando a adotar o comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Então, temos esse projeto tramitando e, definitivamente, foi-se o tempo em que consumir algo era desprezioso e os desejos por mais supérfluos deveriam ser atendidos a qualquer preço. Hoje, a humanidade sente as consequências de décadas de consumo desenfreado e irresponsável.

Por isso, estamos com esse projeto de lei também para que Santa Catarina, nesse ponto específico, tome a dianteira e promova ações e campanhas no sentido de promover a conscientização da população catarinense em relação a hábitos de consumo e suas consequências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, pegando o gancho dos deputados Leonel Pavan e Neodi Saretta, que falaram sobre segurança, quero dizer que participei, na última sexta-feira, em Joinville, da formatura de novos policiais militares que aconteceu no 8º Batalhão. Depois fiz também algumas visitas e uma, especificamente, ao nosso antigo Graer, que hoje é a segunda companhia aérea de Joinville.

Solicito à assessoria proceda à exibição de um vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Eu quero, sr. presidente, falar sobre essas duas atitudes que tivemos nesta semana.

Primeiro, gostaria de dizer que o edital do último concurso público para a 5ª Região destinou para a 5ª Região, ou seja, Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, 118 vagas para policiais militares. O que

aconteceu? Dessas 118 que estavam previstas em concurso público, nem todas as vagas foram preenchidas. Agora iriam se formar 118, mas, infelizmente, formaram-se somente 48. E por que somente 48? Porque não houve, na época, o interesse de pessoas para se inscreverem no concurso público da Polícia Militar.

Hoje, a nossa realidade já é diferente: existe um concurso público em andamento para o qual, em média, está tendo 15 candidatos por vaga. E por que isso? Porque o governador Raimundo Colombo, com o apoio desta Casa, melhorou, e muito, a questão dos praças, da Segurança Pública e do dinheiro investido na Segurança Pública para o material humano.

Há que se destacar a ação da Aprasc, do soldado Lotin e também do ex-deputado Sargento Amauri Soares, que estava nesta Casa à época em que fizemos muitas aprovações e muitas brigas junto ao governo que, hoje, traz a possibilidade de ser interessante ingressar na Polícia Militar de Santa Catarina.

Por isso, quero aqui fazer este registro: as ações deste Plenário e destes deputados fazem com que as pessoas se interessem pela vida militar para continuar defendendo a nossa gente.

É claro que gostaríamos dos 118, mas não houve a possibilidade. E daí fui cobrado: "Ah, são somente 48 que irão se formar. Mas não eram 118?! Manda trazer de outra região!"

Esse é o problema que há quando se faz um concurso público regionalizado, porque o próprio concurso público já elimina a possibilidade de os alunos serem transferidos. Eles deverão se formar e atuar lá onde estão sendo formados.

Por isso que já entramos em contato com o comando da Polícia Militar para que, junto com a 5ª Região - e coronel Chaves é o seu comandante -, nós possamos garantir, com esse próximo concurso de seiscentos e poucos policiais - e como ele é estadual, não tem mais essa questão de ser regional -, a ida de pelo menos 150 policiais para a nossa 5ª Região.

Como já disseram os deputados Leonel Pavan e Neodi Saretta na manhã de hoje, existe grande necessidade de aumento do número de policiais. Não formamos um policial de uma hora para outra, leva-se nove meses para formar um policial. Portanto, é quase que enxugar gelo: desses que entraram, alguns desistem; outros que já estavam aposentam-se. É uma questão muito difícil, mas vale aqui registrar o esforço que o governador Raimundo Colombo está fazendo, desde o seu primeiro mandato, para manter pelo menos o número mínimo exigido em relação à segurança.

Para encerrar, sr. presidente, quero falar um pouquinho sobre a companhia área que visitei. Ainda hoje, às 16h, teremos uma reunião com o secretário estadual de Saúde, ocasião em que o comandante da companhia aérea de Joinville levará ao secretário de Saúde a sugestão de que na tribulação do helicóptero haja um médico cedido pela secretaria de Saúde. Por que isso? Porque é muito importante na resposta do evento. O batalhão da companhia aérea de Joinville atende a 45 cidades, 2,2 milhões pessoas, segundo dados do IBGE. A área atendida pelo helicóptero Águia da Polícia Militar representa 43% do PIB catarinense.

E que significa ter ou não um médico? Significa muito! Por exemplo, estava hoje vindo de Joinville e em frente ao posto policial da cidade de Itapema havia duas ambulâncias do Samu. O que elas estavam fazendo na frente daquele posto que fica na frente do Posto Rodoviário Federal? Elas estavam fazendo baldeação de doente. Por quê? Porque quando um doente vem de uma cidade para fazer algum tipo de tratamento especializado na capital, a ambulância do Samu, respeitando o seu regimento, não pode passar do seu limite.

Então, vamos supor, a ambulância de Joinville pode chegar até Barra Velha; a ambulância de Barra Velha pode chegar até Navegantes; a ambulância de Navegantes pode chegar até Balneário Camboriú, e assim sucessivamente. Elas têm uma delimitação diária, e a ambulância não pode passar daquela delimitação diária. E o que elas fazem? Elas vão fazendo baldeação do doente: elas param e tira-se o doente da

ambulância para colocá-lo em outra ambulância. Enfim, vão parando e fazendo a baldeação do doente.

Se tivermos um médico na tripulação do helicóptero, o helicóptero pode fazer esse tipo de traslado, em emergência, sem a necessidade de fazer a baldeação das pessoas que estão sendo atendidas pelo Samu. Isso pode ser essencial para o salvamento de uma vida.

Além disso, a resposta mais rápida que chega é o helicóptero e, muitas vezes, ele chega antes das ambulâncias nos locais de acidentes ou do evento que precisa da ação da Polícia Militar e dos paramédicos.

Se na tripulação houver um médico, ele já poderá entubar o paciente e fazer procedimentos que outros enfermeiros e

atendentes plantonistas não conseguem, muitas vezes, fazer.

Por isso, levaremos esse pedido da segunda companhia aérea de Joinville ao secretário João Paulo Kleinübing para que possamos fazer esse convênio entre a Polícia Militar e a secretaria de Saúde, objetivando ter na tripulação dos helicópteros - há uma companhia em Florianópolis, a segunda companhia é em Joinville e a terceira companhia está sendo montada na região de Lages -, um médico, como acontece no Paraná, e isso fará uma grande diferença.

Por isso, tenho certeza de que João Paulo Kleinübing vai ser sensível a esse projeto, porque precisamos fazer de tudo para salvar vidas.

Mais uma vez, parabéns ao governador Raimundo Colombo por ter investido na formação de profissionais.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convida outra, solene, para hoje, às 19h, em São Bento do Sul, em homenagem aos 60 anos de fundação da Orquestra São Bento do Sul.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2015, EM HOMENAGEM À ORQUESTRA SÃO BENTO DO SUL PELA PASSAGEM DE SEUS 60 ANOS DE FUNDAÇÃO PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Dreveck) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor Fernando Tureck, prefeito do município de São Bento do Sul;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Antônio Aguiar, deputado estadual;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor vereador Edimar Geraldo Salomon, presidente da Câmara do Município de São Bento do Sul;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Abel Schroeder, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Senhor Átila Tiago Royer, major PM, neste ato representando o tenente-coronel PM Amarildo Assis Alves, comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar de São Bento do Sul;

(Palmas)

Senhor Braulio Hantschel, presidente da Fundação Cultural do Município de São Bento do Sul;

(Palmas)

Senhor Cláudio José Fagundes, diretor da Escola de Música Donald Ritzmann;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Sebastião Vandolino Kons, vice-prefeito do município de Campo Alegre;

(Palmas)

Senhor Frank Bollmann, presidente da Tuper, neste ato representando a Associação Industrial e Comercial de São Bento do Sul.

(Palmas)

A senhora Christa Weiss não pode comparecer à mesa, mas quero registrar também a sua presença, representando a Orquestra São Bento do Sul.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão em homenagem à Orquestra São Bento do Sul, pela passagem dos seus 60 anos de fundação, foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela orquestra São Bento do Sul, sob a regência do maestro Joaquim Rebollo Couto. (Procede-se à execução do hino.)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhor Magno Bollmann, prefeito do município de São Bento do Sul do período de 2009 a 2012;

Senhor Peter Alexandre Kneubuehler, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhor Fernando Mallon, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhor César Augusto Accorsi de Godoy, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhor Márcio Dreveck, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhor Claudiomar Wotroba, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhora Alcione Terezinha Hinke, secretária de Educação do município de São Bento do Sul;

Senhor Lírio Volpi, secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de São Bento do Sul;

Senhor Antônio Carlos Cruz Corvo, supervisor de Apoio ao Estudante, neste ato representando o excelentíssimo senhor secretário de estado de Educação, Eduardo Dechamps;

Senhor Alberto Kobs, presidente da Comunidade Evangélica Luterana de São Bento do Sul, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Sul;

Senhor Marco Rodrigo Redlick, presidente da Juventude Progressista do município de São Bento do Sul;

Senhor Odenir Osni Weiss, ex-prefeito de São Bento do Sul.

Neste momento, concedo a palavra ao eminente deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Boa-noite a todos os presentes!

Gostaria de saudar o eminente deputado Sílvio Dreveck, parabenizando-o pela realização desta sessão solene; o excelentíssimo sr. prefeito do município de São Bento do Sul, Fernando Tureck; o sr. vereador Edimar Geraldo Salomon, presidente da Câmara do Município de São Bento do Sul, e em seu nome saúdo todos os vereadores aqui presentes; o excelentíssimo sr. Abel Schroeder, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador Raimundo Colombo; o sr. Átila Tiago Royer, major

PM, neste ato representando o tenente-coronel Amarildo Assis Alves, comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar de São Bento do Sul; o sr. Braulio Hantschel, presidente da Fundação Cultural do Município de São Bento do Sul; o sr. Cláudio José Fagundes, diretor da Escola de Música Donald Ritzmann; o sr. Sebastião Vandolino Kons, vice-prefeito do município de Campo Alegre; o sr. Frank Bollmann, presidente da Tuper, neste ato representando a Associação Industrial e Comercial de São Bento do Sul; e a sra. Christa Weiss, representando a Orquestra São Bento do Sul.

Senhoras e senhores, nesses 60 anos a Orquestra tem uma história bonita, uma história que durante 60 anos fez com que o povo de São Bento do Sul e região sentissem a alegria da música e que o espírito do ser humano fosse regado de alegria, bem-estar e emoção. A música nos provoca emoções de coisas boas: família, pais, avós, antepassados; ela nos provoca emoções que lembram a vida nesses 60 anos da Orquestra São Bento do Sul.

Parabéns à Orquestra e também às outras entidades. São Bento do Sul e alguns municípios da região têm uma característica especial: a música presente nas nossas famílias. Somos um povo que gosta de música, alegria e felicidade.

Um grande abraço a todos e viva a Orquestra São Bento do Sul!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Dreveck) - Neste momento, peço que o deputado Antônio Aguiar assuma a Presidência da sessão para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Como já tive a oportunidade de saudar todas as autoridades, eu me permito, em nome do prefeito Fernando Tureck, saudar, mais uma vez, as autoridades que compõem a mesa, os senhores e as senhoras presentes e, em especial, os componentes da Orquestra São Bento do Sul. Na pessoa da sra. Christa Weiss, quero saudar e agradecer a todas as pessoas que compõem esta maravilhosa Orquestra.

Agradeço também a toda imprensa que está prestigiando este evento.

Gostaria de dizer que, para mim, é uma honra e sinto-me muito feliz no dia de hoje, Leonardo, por poder conceder um título que, para nós, parlamentares, deputado Antônio Aguiar, não é difícil, mas ele representa muito para São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Santa Catarina, Brasil e, por que não dizer, para outros países, principalmente porque muitas pessoas que, no passado, vieram de lá trouxeram-nos - e as pessoas que estão hoje aqui permanecem cultivando-a - esta riqueza que é imensurável, a música, que nos concede alegria, motivação e energia. A música preenche a nossa alma na alegria, mas também nos conforta nos momentos difíceis, muitas vezes, e de tristeza.

São Bento do Sul tem o privilégio de contar com pessoas abnegadas. E não podemos esquecer também de dizer o nosso muito obrigado aos patrocinadores, em especial, Frank Bollmann, a Tuper, que sempre tem dado uma contribuição em todas as atividades da nossa comunidade, mas na música tem sido exemplar.

Por isso, tenham certeza de que quando solicitamos a realização desta sessão solene aqui em São Bento do Sul, tivemos o apoio de todos os deputados, sem exceção. E muitos gostariam de estar aqui, mas todos têm as suas atividades e temos essa compreensão.

Mas para nós este é um dia que vai ficar na nossa história e que enriquece também o nosso currículo de deputado. Espero que muitas pessoas possam acreditar e, ao mesmo tempo, dar um pouco de si para os outros, que é o que a nossa Orquestra tem feito para todos nós.

Ao me dirigir, mais uma vez, a sra. Christa Weiss, gostaria de dizer que ela tem liderado e feito um esforço extraordinário ao longo desses anos, abdicando de muitas outras coisas para se dedicar a essa riqueza maravilhosa, linda. Quantos gostariam de estar em cima deste palco, mas nem todos conseguem e têm a aptidão e a oportunidade. Mas quem a tem aproveita e está-nos ajudando, sim.

Quero, de modo muito especial, parabenizar, mais uma vez, todos vocês e dizer que vamos levar deste dia de hoje não somente a mensagem teórica, mas a mensagem prática que vai enriquecer o nosso estado, a Assembleia Legislativa e, certamente, a nossa gente catarinense, em especial de São Bento do Sul, dona Dolores. A senhora está-nos prestigiando nesta noite linda e muitas pessoas, como eu disse, gostariam de estar aqui também, mas nem todos tiveram essa oportunidade.

Por isso, mais uma vez, o nosso muito obrigado a todos e, em especial, à Orquestra São Bento do Sul.

Um abraço a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido a mestre-de-cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão solene, presta uma homenagem à Orquestra São Bento do Sul pela passagem dos seus 60 anos de fundação.

A Orquestra São Bento do Sul, ao longo desses anos, vem impulsionando a atividade musical neste município, mantendo cada vez mais viva a música de qualidade, carregando consigo a herança das primeiras orquestras da cidade, influenciando na vida cultural de seu povo.

Convido o sr. deputado Silvio Dreveck para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a sra. Christa Weiss, neste ato representando a Orquestra São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo catarinense presta homenagens também a entidades e personalidades que muito contribuíram para o crescimento e fortalecimento da Orquestra São Bento do Sul.

Neste momento, convido para receber a homenagem o sr. Claudio José Fagundes, neste ato representando a Escola de Música Donald Ritzmann.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Frank Bollmann, neste ato representando a Tuper.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Claudia Maria Ziperer Trevisan, neste ato representando a família Ritzmann.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Joaquim Rebollo Couto, maestro da Orquestra São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, convido para receber a homenagem a sra. Christa Weiss, membro fundadora da Orquestra e diretora artística.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Julio Cesar Vargas, regente da Orquestra no ano de 2006, neste ato representado pela sra. Raquel Schreiner.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o deputado Antônio Aguiar para, juntamente com o deputado Silvio Dreveck, proceder à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Frank Graf, regente da Orquestra no período de 1994 a 2006, neste ato representado pelo aluno da Escola de Música Donald Ritzmann, Adalberto Libel Filho.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Denise Mohr, regente da Orquestra no período de 2007 a 2012, neste ato representada pela sra. Raquel Schreiner.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Emanuel Martinez, regente da Orquestra no período de 2012 a 2013, neste ato representado pela professora Maria Luisa Noriller Taschek.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço aos srs. deputados.

Neste momento, a Orquestra São Bento do Sul, homenageada desta noite, irá brindar-nos com as músicas: *Concertino*, *Memori* e *Pompa e Circunstância*.

(Procede-se à execução das músicas.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Neste momento, concedo a palavra ao prefeito Fernando Tureck.

O SR. FERNANDO TURECK - Boa-noite a todos!

Quero iniciar a minha fala saudando o deputado estadual Silvio Dreveck, autor da proposição para a realização desta sessão solene; o deputado Antônio Aguiar; o secretário de Desenvolvimento Regional de Mafra, Abel Schroeder; o presidente da Câmara de Vereadores, vereador Edimar Geraldo Salomon, e em seu nome saúdo todas as autoridades presentes na mesa, os srs. vereadores e os secretários.

Senhoras e senhores aqui presentes, em nome da sra. Christa Weiss e do maestro Joaquim Rebollo Couto, quero saudar todos os músicos, professores e colaboradores da Orquestra São Bento do Sul e dizer que é uma grande satisfação poder fazer parte desta justa homenagem que o estado de Santa Catarina, através da Assembleia Legislativa, presta à Orquestra São Bento do Sul.

Sem dúvida nenhuma, é uma orquestra que realizou um grande trabalho pela nossa região, ajudando a manter São Bento do Sul como referencial na música não apenas no estado de Santa Catarina, mas em todo o Brasil.

Gostaria de parabenizar todos os músicos e professores, e não apenas os atuais, mas todos que participaram ao longo desses 60 anos ajudando a construir uma Orquestra forte e vibrante.

Prova do reconhecimento que São Bento do Sul tem, hoje, como a cidade de referência na música foi o convênio que conseguimos, no ano passado, junto ao ministério da Cultura, a Funarte, para realizar a primeira mostra de orquestras aqui em São Bento do Sul. Foram cinco grandes apresentações gratuitas que permitiram que todo público tivesse contato com outras orquestras. E essa mostra, sem dúvida nenhuma, foi abrihantada pela abertura que foi realizada, com um concerto ao vivo, na Praça Getúlio Vargas, pela nossa Orquestra.

Além disso, essa mostra teve outro grande benefício: fez com que os músicos da nossa Orquestra realizassem os chamados concertos didáticos, o que fez com que eles fossem até as escolas do município e fizessem com que os nossos alunos da rede municipal tivessem contato não somente com a música de qualidade e os instrumentos, mas lá despertassem o gosto pela música e o desejo e incentivo para também seguir essa carreira e manter a tradição de São Bento do Sul.

Enfim, fica aqui novamente os parabéns e o desejo de sucesso. Um forte abraço a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Joaquim Rebollo Couto, maestro da Orquestra São Bento do Sul.

O SR. JOAQUIM REBOLLO COUTO - Boa-noite a todos!

Gostaria de fazer dois agradecimentos: primeiramente, pela presença de todos vocês, e, em segundo lugar, pelo convite que me foi feito de representar os homenageados desta noite.

É uma honra e um privilégio representar, em primeiro lugar, os maestros que fizeram parte da história da Orquestra, que desenvolveram essa identidade artística que soa, hoje, na Orquestra; representar os músicos, que em algum momento fizeram parte da Orquestra, e os que fazem parte hoje em dia também e que desenvolvem essa identidade sonora da Orquestra; representar a sra. Christa Weiss, membro fundadora da Orquestra e músico ativo da Orquestra hoje em dia; representar também a Escola de Música Donald Ritzmann, que forma gerações de novos músicos, cada vez em maior número e maior gabarito e qualidade; e representar, com muita honra, essa entidade maravilhosa, que é a Orquestra São Bento do Sul.

A Orquestra Sinfônica é um patrimônio da sociedade. Antes de mais nada, cultural e artístico, mas também, dada a natureza da música erudita, um patrimônio intelectual, educacional, social e até econômico.

Gostaria de agradecer imensamente a iniciativa do excelentíssimo sr. deputado Silvio Dreveck e de toda sociedade de São Bento do Sul de promover essa homenagem, que é um reconhecimento à importância da Orquestra não somente na cidade, mas em toda região.

Então, em nome dos homenageados, agradeço sincera e profundamente essa homenagem e esse reconhecimento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Cláudio José Fagundes, em nome da Escola de Música Donald Ritzmann.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ FAGUNDES -

(Passa a ler.)

“Cumprimento o deputado estadual Silvio Dreveck, autor da proposição para a realização desta sessão solene, e em seu nome estendo os meus cumprimentos a todas as autoridades já nominadas no protocolo, músicos da Orquestra São Bento do Sul e demais convidados.

Começo a minha mensagem falando de uma artista da cidade vizinha, Rio Negrinho. Está

em exposição na galeria do Sesc, da nossa cidade, até 16 de maio, uma coleção de desenhos feita a lápis, da artista Astrid Lindroth. Essa exposição, senhoras e senhores, leva o nome de *Marcas da Memória* e retrata com perfeição de detalhes instrumentos musicais, como violino, bandolim, gaita-ponto, violão, sopros. E cada um destes instrumentos imortalizados em forma de desenho carrega a memória de histórias de amor à música.

O violino, por exemplo, que pertence à própria Astrid, foi trazido ao Brasil por um imigrante alemão, inclusive padrinho da artista. Ele veio ao Brasil somente com a roupa do corpo e o violino. Em São Paulo, ao assistir a um filme no cinema mudo, pegou o seu violino e começou a tocar. O dono do cinema gostou tanto que contratou o alemão para fazer o fundo musical de todas as sessões de filmes mudos. Mais tarde, esse mesmo imigrante participaria da fundação da banda Jazz Elite, em Corupá.

Faço essa referência para que todos nós, hoje, possamos pensar nas muitas histórias de vida de cada músico que já passou pela Orquestra São Bento do Sul nesses 60 anos de amor à música.

Manter viva na memória das futuras gerações a dedicação de tantos músicos é, sem dúvida, dever de todo são-bentense como forma de gratidão por tudo o que a Orquestra representa para o nosso município.

É por isso que manifesto o agradecimento da Escola de Música Donald Ritzmann ao importante gesto de reconhecimento que hoje faz a Assembleia Legislativa, e um agradecimento especial ao deputado Sílvio Dreveck por ter proposto essa justa homenagem.

E como toda história de sucesso somente é possível quando várias pessoas se unem em torno de um mesmo objetivo, é também justo agradecer a todos os músicos que integram, ou já integraram, a Orquestra; agradecer à prefeitura municipal, através da Fundação Cultural, que mantém a Escola de Música Donald Ritzmann, celeiro de talentos e que tantos músicos formou e continua a formar para assegurar a continuidade da tradição musical em nossa cidade; agradecer o especial apoio da Tuper, que há anos auxilia na manutenção da Orquestra e possibilita apresentações da Orquestra São Bento do Sul em outras cidades, levando a boa música ao maior número possível de pessoas.

E digo mais, senhoras e senhores, se não fosse o apoio da Tuper, talvez a nossa

Orquestra São Bento do Sul não estaria completando, hoje, 60 anos."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra a sra. Christa Weiss, representando a Orquestra São Bento do Sul.

A SRA. CHRISTA WEISS - (Passa a ler.)

"Excelentíssimas autoridades já nominadas, senhoras e senhores, boa-noite!

Obrigada pela oportunidade de registrar aqui, em nome de todos os integrantes da Orquestra, os nossos agradecimentos por esta bela homenagem prestada pela Assembleia Legislativa.

A Orquestra São Bento do Sul é uma das mais antigas em atividade ininterrupta no sul do Brasil. Já vai longe o ano de 1955, quando tudo começou, reunindo um grupo de jovens, na Orquestra Juvenil, ainda na Sociedade Ginástica, sob a batuta do maestro Edy Gloz. Desde então foram bem mais de 500 concertos, muitas viagens para apresentações e inúmeros ensaios. O próprio Donald Ritzmann, a quem São Bento do Sul deve tanto, foi nosso maestro na década de 60. Depois vieram Ludwig Seyer e outros talentosos maestros. Hoje contamos com o profissionalismo do Joaquim, nosso maestro atual, o qual já foi também integrante da nossa orquestra.

Os desafios nesses 60 anos sempre foram se ampliando, porque é da natureza do músico buscar incessantemente chegar o mais próximo possível da perfeição. E essa busca, muitas vezes, não chega ao conhecimento da plateia que assiste apenas ao resultado final, ao espetáculo, sem conseguir mensurar todo o nosso trabalho que está por trás, nos bastidores: as incontáveis horas de estudo, as repetições infatigáveis de algum trecho mais complexo, os ensaios, etc.

Não sei dizer quantos músicos já passaram pela Orquestra nesse mais de meio século nem consigo imaginar quantas mil pessoas assistiram aos nossos concertos, mas o que posso afirmar, sem medo de errar, é que, como já disse o Cláudio, somente foi possível para a nossa Orquestra chegar até aqui porque houve sempre o trabalho de uma grande equipe. E, assim como ocorre na Orquestra, o bom resultado depende do

esforço, qualidade e afinação de cada um de seus integrantes. O erro de um é o erro de todos, o acerto de um é o acerto de todos.

Felizmente, a caminhada da Orquestra nesses 60 anos teve muito mais acertos graças a esse conjunto de pessoas, e não falo aqui somente dos músicos, mas de todas as pessoas que, de alguma forma ou de outra, contribuíram para que essa história fosse ao mesmo tempo passado e presente na vida de nossa São Bento do Sul.

A nossa gratidão ao deputado Sílvio Dreveck e à Assembleia Legislativa por esta homenagem. Agradecemos, em especial, à empresa Tuper, que há 20 anos apoia-nos, o que é fundamental para manter o funcionamento da Orquestra; ao poder público municipal; aos meus colegas músicos e a todos que apreciam o trabalho desenvolvido pela Orquestra São Bento do Sul."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Dreveck) - Antes de finalizar, gostaria de agradecer, mais uma vez, às autoridades e, em especial, a todos aqui presentes.

Quero, mais uma vez, reconhecer de público a grande contribuição que a Orquestra São Bento do Sul tem dado a todos nós.

Também agradeço a todos os servidores e as servidoras da Assembleia Legislativa, sem exceção, que em todas as sessões são as pessoas que organizam o evento. Portanto, quero também reconhecer e agradecer de público a boa organização e a competência de fazer com que o evento torne-se mais brilhante.

Gostaria de agradecer também aos colaboradores do meu escritório de São Bento do Sul.

Queremos convidar todos para um coquetel que será servido a seguir.

Antes de encerrar a sessão, teremos a execução do Hino do Município de São Bento do Sul pela Orquestra São Bento do Sul, sob a regência do maestro Joaquim Rebollo Couto.

(Procede-se à execução do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para quarta-feira, dia 22 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antonio Aguiar, Darcy de Matos, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, e Rodrigo Minotto. O Deputado Kennedy Nunes foi substituído pelo Deputado Gabriel Ribeiro e o Deputado Patrício Destro justificou sua ausência através do ofício nº 135/15. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 8ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente deu conhecimento a todos, de que os documentos faltantes à diligência solicitada ao PLC/0012.0/2015, que altera o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências, teriam sido entregues e que desta forma, na condição de relator designado na Comissão de Constituição e Justiça, teria condição de apresentar seu relatório. Para tanto, pediu permissão aos membros da Comissão para que possa entrar em contato com os Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Trabalho, Administração e Serviço Público e Educação, Cultura e Desporto, para em conjunto apreciar a

matéria, na parte da tarde deste dia e em seguida levar a Plenário se for o desejo do Presidente da Casa. O Presidente apresentou o cronograma das audiências públicas regionais - 2015 com base no art.120, § 5º A, da Constituição Estadual; art. 48, par. único da lei complementar nº 101/2000; arts. 2º e 3º da lei complementa nº 157/97, e § 3º do art. 295 do regimento interno da ALESC, para o Plano Plurianual 2016-2019 e Lei Orçamentária Anual LOA 2016, conforme segue: dia vinte dois de junho às nove horas e trinta minutos, em Itapiranga; às quatorze horas e trinta minutos, em São Miguel do Oeste e as dezoito horas e trinta minutos, em Dionísio Cerqueira. Dia vinte e três de junho, às nove horas e trinta minutos, em São Lourenço do Oeste e Quilombo, às quatorze horas e trinta minutos em Maravilha e às dezoito horas e trinta minutos em Palmitos. Dia vinte e quatro de junho às nove horas e trinta minutos, em Chapecó; às quatorze horas e trinta minutos em Xanxerê e às dezoito horas e trinta minutos em Concórdia e Seara. Dia vinte e cinco de junho às nove horas e trinta minutos, em Joaçaba, às quatorze horas e trinta minutos em Caçador e às dezoito horas e trinta minutos em Videira. Dia vinte e seis de junho, às nove horas e trinta minutos, em Campos Novos, às quatorze horas e trinta minutos em Lages e São Joaquim. Dia seis de julho às nove horas e trinta minutos em Itajaí, às quatorze horas e trinta minutos em Brusque e às dezoito horas e trinta minutos em Blumenau. Dia sete de julho às nove horas e trinta minutos, em Timbó, às quatorze horas e trinta minutos em Ibirama e às dezoito horas e trinta minutos em Itaporanga. Dia oito de julho às nove horas e trinta minutos, em Rio do Sul, às quatorze horas e trinta minutos em Taió e às dezoito horas e trinta minutos em Curitiba. Dia nove de julho às nove horas e trinta

minutos, em Canoinhas, às quatorze horas e trinta minutos em Mafra e às dezoito horas e trinta minutos em Jaraguá do Sul. Dia dez de julho às nove horas e trinta minutos em Joinville, às quatorze horas e trinta minutos na Grande Florianópolis. Dia seis de agosto às nove horas e trinta minutos, em Araranguá, às quatorze horas em Criciúma. Dia sete de agosto às nove horas e trinta minutos, em Tubarão e Braço do Norte e às quatorze horas e trinta minutos em Laguna. Após as manifestações de diversos Deputados, o calendário foi colocado em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Antes de encerrar a reunião, o Presidente convocou uma reunião extraordinária para o dia de hoje, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário desta Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte e sete de maio de dois mil e quinze.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 178/15

Joinville, 25 de maio de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho Comunitário do Bairro Costa e Silva, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Leonel Millnitz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 179/15

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Voluntárias do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Eli Maritza da Rosa Soares
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 180/15

Porto União, 24 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade São Braz, de Porto União, referente ao exercício de 2014.

Mariano Bordon Sosa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 181/15

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Mondaí, referente ao exercício de 2014.

Elton Markoski
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 182/15

Joinville, 26 de março de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação para Integração Social de Crianças e Adolescentes Especiais, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Ronaldo O. Bello
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 183/15

Descanso, 22 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Descanso, referente ao exercício de 2014.

Salete Tomazelli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 184/15

Ibirama, 12 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama, referente ao exercício de 2014.

Francisco Asbreno Lohn
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 185/15

Ofício nº 33/2015 Bocaina do Sul, 26 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Bocaina do Sul, referente ao exercício de 2014.

Sônia Lúcia Celestino Ferreira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 186/15

Ofício nº 028/2015 Florianópolis, 27 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Surdos da Grande Florianópolis, em Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Sandra Lúcia Amorim
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 187/15

Ofício nº 035/2015 Navegantes, 15 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes (APAE), referente ao exercício de 2014.

Ana Elisa Mamfrim Farias
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 188/15

Ofício nº 156/CCCI/2015 Ituporanga, 14 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, referente ao exercício de 2014.

Moacir Cordeiro
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 189/15

Ofício nº 006/AIBCGB/2015 Guaraciaba, 22 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Guaraciaba e Barra Bonita, em Guaraciaba, referente ao exercício de 2014.

Celso Bregalda
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 190/15

Ofício AMBAG nº 11/15 Joinville, 01 de junho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Habitacional Ademar Garcia, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Moacir Batista Nazário
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 191/15

ABCEN OF Nº 003/2015 Rio Negrinho, 25 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2014.

Dirlene Terezinha Pscheidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 192/15

Ofício nº 005/15 Joinville, 18 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Deficientes Educáveis e Síndrome de Down (ADESD), de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Luciana Haag
Vice Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 193/15

Ofício nº 026/2015 Massaranduba, 26 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Massaranduba, referente aos exercícios de 2012 a 2014.

Sônia Mª Picinato Martini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 194/15

Ofício TC/GAP - 7545/2015 Florianópolis, 27 de maio de 2015
Encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao 1º trimestre de 2015.

Conselheiro Luiz Roberto Herbst
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 195/15

Ofício nº 035/2015 Galvão, 02 de junho de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Galvão (APAE), referente ao exercício de 2014.

Amantino Borella
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 196/15

Joinville, 25 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Moradores do Santa Helena, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Telmo Camargo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 197/15

Ofício 031/2015 Três Barras, 28 de maio de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Três Barras, referente ao exercício de 2014.

Herbert Hoffmann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 198/15

SAVC C. nº 08/2015 Canoinhas, 20 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Vale do Canoinhas (SAVC), de Canoinhas, referente ao exercício de 2014.

Gilmar Martins
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 199/15

Ofício 077/2015 São José, 02 de junho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Eunice Weaver, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Marly Ziliotto Gomes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 200/15

OFÍCIO SEF/GABS Nº 353/2015 Florianópolis, 26 de MAIO de 2015
Encaminha o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º bimestre de 2015 e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2015, do Estado de Santa Catarina.

Antonio Marcos Gavazzoni
Secretário de Estado da Fazenda

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 201/15

OFÍCIO TC/GAP/Nº 7548/2015 Florianópolis, 01 de junho de 2015
Encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2014.

Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior
Vice-Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO

Ofício 181/2015 Florianópolis, 02 de junho de 2015

Exmo. Sr. Presidente

Gelson Luiz Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Nesta

Excelentíssimo Presidente

Com os cordiais cumprimentos, vimos informar que este Deputado não mais se ausentará do País, para viagem ao Chile, no período de 02 a 08 e junho do corrente ano, por motivos particulares, conforme solicitação no Ofício 175/2015.

Certo de sua compreensão, aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e distinta consideração.

Gabriel Ribeiro
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 03/06/15

*** X X X ***

PARECER**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
SECRETARIA GERAL - SEG

1. Processo n.: PCG-15/00169800

2. Assunto: Prestação de contas do Governados - Exercício de 2014

3. Responsável: João Raimundo Colombo - Governador do Estado

4. Unidade Gestora: Governo do Estado

5. Parecer Prévio n. 0002/2015: Conclusão

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto nos arts. 1º, I, 47 e 49 da Lei Complementar (estadual) n. 202/00, emite a seguinte

6. PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO

Pela emissão de Parecer Prévio propondo à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina a **APROVAÇÃO** das contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina referentes ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador João Raimundo Colombo, sem prejuízo das ressalvas e recomendações expedidas, conforme consignado nos considerandos acima, citando-se:

6.1. RESSALVAS:**6.1.1. Sistema de Controle Interno (SCI)**

6.1.1.1. O relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno, que acompanha as contas anuais do Governador, não contém todos os elementos exigidos no art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal, notadamente a descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas, bem como análise detida destas.

6.1.1.2. Carência de efetividade, em face da inobservância do princípio da segregação de funções em diversas Unidades do Poder Executivo.

6.1.2. Planejamento Orçamentário

6.1.2.1. Fixação de despesas em valores não exequíveis, caracterizando um planejamento orçamentário não condizente com a realidade orçamentária e financeira do Estado.

6.1.2.2. Baixa execução das ações selecionadas pela sociedade catarinense nas audiências públicas organizadas pela ALESC e das ações consideradas como prioritárias na LDO.

6.1.3. Cancelamento de despesas liquidadas

Recorrência e ampliação do montante dos cancelamentos de despesas liquidadas, sem controle que possibilite a transparência do procedimento, que no exercício sob análise alcançaram o montante de R\$ 1,31 bilhão, prejudicando a confiabilidade dos dados contábeis apresentados e contrariando o disposto nos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

6.1.4. Metas Fiscais

Descumprimento das metas de despesa total, resultado primário, nominal e da dívida consolidada líquida, revelando um planejamento orçamentário não condizente com uma política de gestão fiscal responsável.

6.1.5. Educação

6.1.5.1. Inclusão de gastos com os inativos da educação no cálculo do percentual mínimo constitucional de 25% previsto no art. 212 da CRFB.

6.1.5.2. Descumprimento do art. 170, parágrafo único da Constituição Estadual, com aplicação de 1,36% da base legal para fins de concessão de assistência financeira aos estudantes matriculados

em instituições de ensino superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, quando o correto seria 5%.

6.1.6. Saúde

Queda no volume de investimentos, não condizentes com as deficiências encontradas no Sistema Estadual de Saúde.

6.1.7. Pesquisa Científica e Tecnológica

Descumprimento dos recursos destinados à aplicação em pesquisa científica e tecnológica, que no exercício de 2014 somaram R\$ 354,98 milhões, correspondendo a 1,80% das receitas correntes apuradas no período, ficando R\$ 39,19 milhões aquém do mínimo a ser aplicado, descumprido o art. 193 da Constituição Estadual.

6.1.8. SEITEC

Contabilização da arrecadação dos recursos do SEITEC através de mecanismo que não identificam as receitas como de natureza tributária, em prejuízo da base de cálculo considerada no cômputo dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e ações e serviços públicos de saúde e, conseqüentemente, na respectiva aplicação de recursos.

6.1.9. Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's)

Retenção de recursos destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R\$ 25,04 milhões, em desacordo com o art. 8º, § 1º, da Lei (estadual) nº 13.334/05.

6.1.10. IPREV

Ocorrência de perda financeira decorrente de reenquadramentos considerados inconstitucionais, fato que impede a realização de compensação entre os regimes de previdência.

6.2. RECOMENDAÇÕES:

6.2.1. Educação

6.2.1.1. Reiterar a recomendação ao Estado para que proceda ao levantamento e identificação física das escolas estaduais, bem como adote medidas objetivando o estabelecimento de cronograma de manutenção periódica, a fim de evitar os recorrentes problemas registrados na rede pública estadual de ensino, dando efetividade ao plano de ação objeto do processo de monitoramento PMO 12/00063080 em tramitação nesta Corte de Contas.

6.2.1.2. Queda no volume de investimentos, não condizentes com as recorrentes deficiências encontradas na rede pública estadual de ensino (precariedade das instalações físicas escolares).

6.2.1.3. Recomendar ao Governo do Estado que restitua à Educação patamares maiores de Investimentos, evitando a queda constatada nos últimos exercícios, visando à solução dos problemas apontados nas inspeções realizadas por esta Corte de Contas.

6.2.1.4. Constituição de comissão mista composta entre outros representantes do Tribunal de Contas e das Secretarias de Estado da Fazenda e da Educação para que seja equacionada a questão do cômputo dos gastos com inativos na apuração das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

6.2.2. Saúde

6.2.2.1. Recomendar ao Governo do Estado que aprimore a gestão e eleve os Investimentos da Saúde a patamares que possibilitem solucionar a situação precária dos hospitais e as longas filas de espera.

6.2.2.2. Recomendar ao Governo do Estado que adote providências quanto à falta de pessoal.

6.2.3. SIGEF

Recomendar que o Estado promova o registro completo e tempestivo das ações do orçamento no Módulo de Acompanhamento Físico do SIGEF, permitindo assim uma avaliação mais precisa das metas planejadas.

6.2.4. IPREV

6.2.4.1. Recomendar que o Estado adote providências com vistas à redução do déficit atuarial do fundo financeiro.

6.2.4.2. Recomendar ao Estado que viabilize a alienação de ativos relativos às participações em estatais, de propriedade do IPREV, com a conseqüente inserção dos recursos no regime de capitalização.

6.2.4.3. Recomendar ao Estado que repasse ao Fundo Previdenciário o valor de R\$ 8,48 milhões, relativo à participação de 5% na receita de royalties do Tesouro Estadual no período de junho de 2008 a dezembro de 2013, conforme determina a Lei nº 412/2008, bem como proceda ao repasse, na mesma proporcionalidade, sobre as receitas que venha a receber ao mesmo título.

6.2.5. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas

6.2.5.1. Recomendar ao Estado que adote providências com vistas à profissionalização da composição do quadro de Diretores e Membros dos Conselhos de Administração, ocupando-os com detentores de formação compatíveis com as atividades desenvolvidas.

6.2.5.2. Recomendar ao Estado, na condição de controlador das empresas, que intervenha no sentido de aprimorar o cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), permitindo a efetiva acessibilidade às informações e dados pelo cidadão.

6.2.5.3. Recomendar ao Estado a ampliação da aplicabilidade do Decreto nº 1670/2013 que dispõe sobre a estrutura e o responsável pelo Controle Interno, estendendo sua abrangência a todas as estatais catarinenses.

6.2.6. Recursos para o Complexo Oncológico Wilson Kleinübing (Cepon)

Recomendar a destinação imediata de recursos para a construção do centro cirúrgico, reforma e ampliação do Complexo Oncológico Wilson Kleinübing (Cepon), haja vista a existência de

superávit financeiro, sem o aguardo da burocracia do financiamento junto ao órgão financeiro federal.

6.2.7. Saldo Financeiro dos Poderes

Recomendar que, havendo devolução de saldo financeiro excedente pelos Poderes e Órgãos ao Poder Executivo, a mesma seja precedida de um plano de aplicação dos recursos nas áreas da Saúde e da Educação, de ampla publicidade para conhecimento da sociedade, inclusive da participação de cada órgão.

6.2.8. Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional

Recomendar a avaliação, com base nos estudos técnicos realizados e na decisão a ser exarada pelo Tribunal Pleno nos autos do Processo RLA 13/00579916, acerca do redimensionamento do Sistema de Descentralização do Governo do Estado.

6.2.9. Alocação de Recursos

Recomendar a apresentação de um plano de ação de consolidação das ressalvas que importem em alocação de recursos existentes ou passíveis de mobilização junto ao Governo Federal de modo a atender os seguintes apontamentos reiterados no Parecer Prévio: 1) inclusão de gastos com inativos da Educação para fins de cumprimento do art. 212 da Constituição Federal; 2) aumento progressivo dos investimentos nas áreas da Saúde e da Educação e; 3) IPREV.

6.3. DETERMINAÇÕES:

6.3.1. Determinar, à Diretoria competente, que realize Auditoria Operacional no Sistema Estadual de Defesa Civil, para identificar os principais gargalos que dificultam a atuação célere e eficiente da Secretaria nas ações de resposta aos desastres e reconstrução, bem como verificar e propor ações com vistas à sua prevenção (gestão de risco).

6.3.2. Determinar que não sejam arquivados os Processos de Monitoramento cujas respectivas ressalvas e recomendações não tenham sido consideradas atendidas plenamente pelo Tribunal Pleno.

6.3.3. Determinar à diretoria competente do Tribunal, a realização de auditoria no Fundosocial para verificar o cumprimento da legislação vigente em relação aos repasses à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Plenário do TCE/SC, em 28 de maio de 2015.

Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Presidente

Conselheiro Luiz Eduardo Cherem

Relator

Conselheiro Cesar Filomeno Fontes

Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1698, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JULIO VOLPATO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1699, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR GRAZIELA FATIMA TITON CERON para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1700, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR VANUSA BORSOI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PC do B - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1701, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR LUCIANE PELLIZZARO DOS SANTOS HERKENHOFF, matrícula nº 2992, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cleiton Salvaro - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1702, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JUAREZ VIEIRA, matrícula nº 6292, de PL/GAB-32 para o PL/GAB-44, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 02 de Junho de 2015 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1703, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor USSIEL CUNDINHO FERNANDES DIAS, matrícula nº 5500, de PL/GAB-22 para o PL/GAB-29, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 02 de Junho de 2015 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1704, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora IVAN PINTO, matrícula nº 6619, de PL/GAB-69 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1705, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor MARCOS SILVA DE LIMA, matrícula nº 7562, de PL/GAB-32 para o PL/GAB-36, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1706, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor OMAR MOHAMADALI TOMALIH, matrícula nº 8035, de PL/GAB-77 para o PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1707, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor BRUNO RODOLFO DE OLIVEIRA, matrícula nº 7938, de PL/GAB-64 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Gean Loureiro).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1708, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ALEXANDRE DORTA CANELLA, matrícula nº 5171, de PL/GAB-87 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1709, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIANE KERBES**, matrícula nº 7750, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Valduga).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1710, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ART. 1º - DESIGNAR a servidora **RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Informações, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 1º de junho de 2015 (DTI - Coordenadoria de Informações).

ART. 2º - Por ter estabilizado função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1711, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **ANY SANTOS**, matrícula nº 6361, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Sessões Solenes e Especiais, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ELISABETE SILVEIRA BRANDALISE, que se encontra em fruição de licença-prêmio por setenta e cinco dias, a contar de 12 de maio de 2015 (DL - CAP - Gerência de Sessões Solenes e Especiais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1712, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR a servidora **NATALIA MILACK COLOMBO**, matrícula nº 7174, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Execução Orçamentária, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, VANIO CARDOSO DARELLA, que se encontra em fruição de férias por quinze dias, a contar de 8 de junho de 2015 (DF - Coordenadoria de Execução Orçamentária).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1713, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **FRANCISCO JOAO DA ROSA**, matrícula nº 1253, na GP - Diretoria Geral, a contar de 1º de junho de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1714, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

LOTAR no Gab Dep Gean Loureiro **MARYANNE TEREZINHA MATTOS**, Guarda Municipal, matrícula nº 18668-6, servidora da Prefeitura Municipal de Florianópolis, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2197/2015, de 29 de maio de 2015, a contar de 2 de junho de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1715, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2796/2015,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da ex-servidora JULIANA ARAUJO DE CARVALHO, matrícula nº 7044, fazendo constar como sendo **JULIANA ARAUJO DE CARVALHO MARIANO**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório Bernardi - Correia Pinto/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1716, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 03 de junho de 2015.

Gab Dep Natalino Lazare

Matrícula	Nome do Servidor
7958	ROVANO PASQUAL PETRY

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1717, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 1º de junho de 2015.

Gab Dep Jean Kuhlmann

Matrícula	Nome do Servidor
5588	RAULINO SCHUTZE

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1718, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Concedido	Total	Vigência	Processo nº
ADELICIO MACHADO DOS SANTOS	1822	30%	30%	5/5/2015	2641/2015
ANTONIO CARLOS MACHADO JUNIOR	7136	3%	3%	19/5/2015	2665/2015
EVITA DE OLIVEIRA	6387	3%	3%	13/5/2015	2644/2015
JEAN EVANDRO LARA	4969	3%	9%	1/5/2015	2643/2015
MAURICIO ANTONIO ROCHA	5994	6%	6%	12/5/2015	2684/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1719, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015 e tendo em vista o que consta do Processo nº 2597/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER à servidora **MARIA NAGIBA ZATTAR**, matrícula nº 4990, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 30 de março de 2010 a 29 de março de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1720, de 3 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR IVONEI GOMES DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gean Loureiro - Fraiburgo).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI PL./0202.9/2015**

Altera a Lei nº 10.094, de 1996, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Maravilha.

Art. 1º A Lei nº 10.094, de 13 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Maravilha.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Maravilha, com sede no Município de Maravilha.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo, que visa alterar a Lei nº 10.094, de 1996, em razão da mudança da denominação da entidade, conforme demonstrado nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0203.0/2015

Altera a redação do art. 82 da Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação.

Art. 1º A Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 82.

VII -

Parágrafo único. Fica facultada forma diversa de organização da sala de aula, desde que a estrutura física e humana, mantida pela instituição de educação garanta o desenvolvimento integral do educando nos seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e social.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente

Sessão de 03/06/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei objetiva adequar o inciso VII do art. 82 da Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998 ao disposto no parágrafo único do art. 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que assim expressa:

"Art. 25 Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar a relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer **parâmetro** para atendimento do disposto neste artigo." (grifo nosso)

Aqui cabe a análise do significado do termo **parâmetro**. Certamente que o legislador não pretendeu no art. 25 "engessar" instituições de ensino, mantidas pelo Poder Público ou iniciativa privada, haja vista toda autonomia trazida pela LDB, que é a sua tônica.

De acordo com o Dr. Elias de Oliveira Motta (Direito Educacional e Educação no Século XXI, UNESCO, 1997, p. 297):

"O art. 25 prevê como objetivo das autoridades educacionais alcançar a relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais da escola. Para cumprimento de tal determinação, **os sistema de ensino deverão estabelecer parâmetros** que levem em conta as condições gerais da escola e as características locais e regionais. Essa foi mais uma decisão sábia da Lei, pois seguiu o princípio da descentralização." (grifo nosso)

Da análise desse artigo, cotejada com a própria Constituição Federal de 1988, depreende-se que os sistemas de ensino têm competência para estabelecer parâmetros e não simplesmente fixar um número estanque de alunos por sala de aula.

Destaque-se: **RELAÇÃO ADEQUADA ENTRE O NÚMERO DE ALUNOS, PROFESSOR, CARGA HORÁRIA E CONDIÇÕES MATERIAIS DO ESTABELECIMENTO. PARÂMETRO E NÃO LIMITE RÍGIDO DO NÚMERO DE ALUNOS.**

De muito bom senso o legislador federal. O número de alunos adequado depende da idade e curso do discente, da disciplina lecionada, da atividade prática ou teórica, do espaço disponível, dos equipamentos e recursos utilizados, do tempo para o respectivo ensino e até do custo.

Ao conceder aos sistemas de ensino a liberdade para estabelecê-los de acordo com características regionais e locais, pretendeu o legislador que fizessem na forma de **referência**.

Ainda atendo-nos a lição de Motta, nos afirma o autor que *“cada escola deve ter a liberdade para definir seus próprios parâmetros, ou para adaptar os definidos pelo sistema de ensino respectivo, e para tomar as decisões mais adequadas a cada turma e a cada professor”*.

Dr. Adib Salomão, brilhante advogado e um dos precursores na área do Direito Educacional (Nova LDB - Um Convite para o Debate, Sistema Editora, 1998, p. 68 e 69), nos ensina:

“O artigo 25, chama-se a atenção, não estabelece um critério simplista de relacionar o número de alunos por sala de aula, como é adotado em muitos sistemas.

O avanço da lei está em exatamente estabelecer uma correlação mais completa, embora complexa.

Quantidade de alunos, o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento, entendido em relações a estes são também a existência de muitas tecnologias que ampliam as condições de comunicação e transmissão do conhecimento conduzido pelo professor.

O parágrafo único, do artigo 25, dá ao sistema poderes para, exclusivamente, estabelecer parâmetros para o atendimento desta correlação e não para fixar a relação sala/aluno/professor.

Parece-nos indispensável estabelecer a correlação mínima do espaço físico, da circulação no ambiente, da circulação das pessoas, da luminosidade, do arejamento. Deverá haver, no caso, uma maior liberdade das escolas, que deverão, para aumentar a possibilidade, além desses parâmetros mínimos, o oferecimento de recursos de comunicação racional com maior acesso do aluno ao seu professor.

Os Sistemas somente criarão parâmetros, e não a fixação rígida do número de alunos em sala.” (grifo nosso)

Para Moaci Alves Carneiro (LDB Fácil, Editora Vozes, 2002, p.90):

Escola é currículo. Aprendizagem é conteúdo transformado. Sala de aula não é local, é ambiente. Aluno não é destinatário, é ator da aprendizagem. Professor não é depositante, é mediador. Estas premissas ajudam a compreender a dimensão pedagógica deste artigo (25). Não se busca uma relação fria, adequada burocraticamente, entre vários fatores: aluno/professor/carga horária/meios materiais. O que se pretende é assegurar uma relação viabilizadora do ato pedagógico (a aula), do espaço pedagógico (a sala de aula) e do resultado pedagógico (a aprendizagem socialmente relevante). (grifo nosso)

Portanto há de se levar em conta os espaços e a tecnologia disponível aliada aos objetivos da instituição educativa expressos no seu Projeto Político-Pedagógico.

Em recente artigo transcrito do portal BBC, o responsável pelo **EXAME INTERNACIONAL PISA** (sigla inglesa para Programa Internacional de Avaliação de Alunos), cujo objetivo é avaliar sistemas educacionais no mundo por meio de uma série de testes em assuntos como leitura, matemática e ciências, Andreas Schleicher, usa dados revelados pelo exame para “quebrar” alguns dos grandes mitos sobre o que seria um bom sistema de educação, entre eles o de que salas de aula menores elevam o nível de ensino. Assim consta no artigo:

“Por toda parte, professores, pais e autoridades responsáveis por políticas educacionais apontam salas de aula pequenas, com poucos alunos, como essenciais para uma educação melhor e mais personalizada.

Reduções no tamanho da classe foram a principal razão para os aumentos significativos nos gastos por estudante verificados na maioria dos países ao longo da última década. Apesar disso, os resultados do PISA mostram que não há relação entre o tamanho da classe e o aprendizado, seja internamente, em cada país, ou se compararmos os vários países.

E o que é mais interessante: os sistemas educacionais com melhor desempenho no PISA tendem a dar mais prioridade à qualidade dos professores do que ao tamanho da classe. Sempre que têm de escolher entre uma sala menor e um professor melhor, escolhem a segunda opção.

Por exemplo, em vez de gastarem dinheiro com classes pequenas, eles investem em salários mais competitivos para os professores, desenvolvimento profissional constante e cargas horárias equilibradas.”(grifos nossos)

Outro aspecto a ser considerado é que da forma como está, a norma engessa o processo, criando condições que podem gerar prejuízos, tanto às instituições de ensino, sejam públicas ou particulares, quanto aos educandos, pois ela permite que uma escola mantenedora de Ensino Fundamental I (séries iniciais), por exemplo, instalada em espaço limitado, com estrutura física e humana limitada, tenha até 30 (trinta) alunos por classe, quando na verdade, seu espaço e sua estrutura não permitiria ter nem 15 (quinze) alunos por classe, enquanto outras, com a mesma modalidade de ensino (Ensino Fundamental I), com maior espaço e maior estrutura física e humana, poderiam atender até 35 (trinta e cinco) ou mais alunos por classe, conforme entendimento contemplado pelo Art. 25 da Lei nº 9394/96 (LDB). Esta simples mudança na legislação poderá acarretar em significativa economia para o Estado e/ou Municípios, sem que ocorra um prejuízo ao processo ensino/aprendizagem, permitindo assim que essa economia, inclusive, possa ser canalizada para ampliação da rede pública de ensino e/ou melhoria das já existentes.

Finalizando, importante destacar que, no tocante aos sistemas municipais de ensino, alguns Conselhos e/ou Secretarias Municipais de Educação tem normatizações específicas envolvendo a questão do número de alunos por classe, estabelecendo, conforme a proposta do presente PL, **“parâmetros”** para a Educação Infantil, nível de ensino que está sob a competência direta dos Municípios. Neste contexto, temos, por exemplo, a nossa querida Florianópolis, Capital do Estado, que possui a **Resolução nº 1/2009** do Conselho Municipal de Educação e que aborda o tema em seu art. 8º, de modo semelhante a nossa proposta, nos seguintes termos:

“Art. 8º A relação do número de crianças e profissionais não poderá exceder a seguinte tabela:

Faixa etária	Nº de crianças	Professor	Auxiliar de sala
0 até 2 anos	até 15	1 (um)	1 (um)
de 2 até 3 anos	até 08	1 (um)	-
	de 09 até 15	1 (um)	1 (um)
de 3 até 4 anos	até 10	1 (um)	-
	de 11 até 20	1 (um)	1 (um)
de 4 até 6 anos	Até 15	1 (um)	-
	de 16 até 25	1 (um)	1 (um)

Parágrafo único. Fica facultada forma diversa de organização, desde que a estrutura física e humana, mantida pela instituição garanta o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e social, respeitado o previsto no caput deste artigo.”

Desse modo, contamos com o apoio de todos os Senhores Parlamentares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Gean Loureiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0204.0/2015

Denomina Luiz Henrique da Silveira a Rodovia SC-108, trecho entre os municípios de Joinville e Guaramirim.

Art. 1º Fica denominada Luiz Henrique da Silveira a Rodovia SC-108, trecho entre os municípios de Joinville e Guaramirim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Deputado Dalmo Claro de Oliveira

Lido no Expediente

Sessão de 03/06/15

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que ora apresento visa denominar Luiz Henrique da Silveira a Rodovia SC 108, trecho entre os municípios de Joinville e Guaramirim.

Esta obra se realizou em função do empenho do Prefeito e posterior Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira.

Desse modo, uma homenagem em respeito ao grande Prefeito, Deputado e Senador Luiz Henrique da Silveira, brilhante homem público que sempre trabalhou em prol do Estado de Santa Catarina visando o bem estar e progresso do nosso Estado e País.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Deputado Dalmo Claro de Oliveira

*** X X X ***